

notícias

forestis

associação florestal de portugal



forestis
associação florestal de portugal

Notícias Forestis · nº 1 · outubro 2008 · 5€

destaque

**Valorização da floresta é urgente
FORGEST com saldo positivo**

entrevista

**Ascenso Simões, Secretário de Estado do
Desenvolvimento Rural e Floresta**

editorial

02

entrevista

03

Ascenso Simões, Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas

breves

07

- Forestis reúne com associadas
- Protocolo de colaboração contra nemátodo do pinho
- Conselho de Direcções reúne em Coimbra
- Apresentadas oito medidas urgentes para a floresta
- Forestis em audiência com gestora do ProDeR
- Forestis apresenta Candidatura ao POHP
- Forestis adere à USSE
- Nova campanha contra fogos florestais

destaque

11

- Valorização da floresta é urgente
- Forgest com saldo positivo

temas e opiniões

17

- O nemátode da madeira do pinheiro, *Bursaphelenchus Xylophilus*
- Impacto do nemátode da madeira do pinheiro na produção florestal

vida da forestis

21

- Forestis impulsiona fogo controlado
- Forestis apresenta formação para sapadores
- Novas fases da campanha de sensibilização da Forestis
- Duas novas associações na Forestis
- Forestis colabora em geoportal ibérico
- Forestis desenvolve aplicação para gestão florestal

organizações e território

26

- Castanheiro e castanha foram tema para ciclo de conferências
- AFL sensibiliza para a defesa da floresta
- As ZIF e a Aflodounorte
- Aguiarfloresta promove cultivo de cogumelos
- Jales promove Zona de Intervenção Florestal
- Medronheiros no Concelho de Oleiros — Um caso de sucesso
- Arborea estimula produção de cogumelos silvestres
- Portucalea promove ZIF
- URZE debate baldios da Serra da Estrela

ficha técnica

35

- Nemátodo da madeira do pinheiro



ficha técnica

Edição: Forestis - Associação Florestal de Portugal

Directora: Rosário Alves

Design Gráfico: Opal Publicidade

Impressão: xxxxxxxxxxxxxxxxx

Neste número colaboraram: Nuno Mendes Calado e Manuel G. Melo e Mota

A época estival terminou com registos de área ardida a níveis controlados o que constitui sempre uma boa notícia. Resta apenas a dúvida metódica sobre a influência que as condições climáticas terão tido nestes resultados.

Mesmo assim convém relevar as melhorias no sistema de protecção civil, o esforço ao nível da gestão de combustíveis através do fogo controlado, em que a Forestis tem participado, juntamente com a Autoridade Florestal Nacional, Municípios, Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB), Associações Florestais e a acção dos sapadores florestais, que por certo também contribuíram para os resultados alcançados.

Seria de esperar com este balanço, que tradicionalmente funciona como um barómetro para o investimento florestal do ano seguinte, que o sector estivesse animado e em grande actividade, situação que infelizmente não se constata.

Numa altura em que se esperava tudo estar facilitado, pela criação de Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), pelos os incêndios a níveis mais moderados e um Quadro de Apoios da UE a iniciar-se, constata-se que as dificuldades permanecem. Pois as expectativas criadas e as medidas anunciadas não estão a ser colocadas em prática e algumas não correspondem às necessidades do sector.

As fragilidades organizativas e operacionais persistem, o receio dos incêndios deu lugar ao receio da doença do nemátodo do pinheiro, as ZIF não têm tido as medidas de apoio e o acompanhamento da tutela que justificariam o Programa de Desenvolvimento Rural (ProDeR), no que respeita à floresta, está quase na integra por regulamentar. Não esquecendo que os milhares de hectares de floresta ardida não foram repostos a não ser aqueles que pelas leis da natureza tiveram oportunidade de se regenerar.

Esta situação tem sido atentamente acompanhada pela Forestis e pelas Direcções das Organizações filiadas, facto que levou a Forestis, em Julho último, a apresentar à Secretaria de Estado das Florestas um conjunto de 8 medidas que se consideram da maior importância para dar sustentabilidade e criar um novo dinamismo na floresta nacional.

Reactivar o Conselho Consultivo Florestal do Ministério da Agricultura, porque é de todo interesse que os agentes e a tutela interajam activamente na definição e acompanhamento das políticas e medidas sectoriais, maximizando as probabilidades de êxito neste sector da economia dos recursos naturais. A proposta é que este órgão consultivo reúna semestralmente.

Rever o Regime Fiscal para o sector florestal no orçamento 2009. Como medida de incentivo à adesão dos proprietários propõem-se a isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), por 10 anos; como forma de promoção do emparcelamento dentro das áreas da ZIF, propõem-se a isenção de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e a redução do imposto de selo nos actos de compra e venda, durante 15 anos, de parcelas de terreno contíguas dentro da área ZIF. Recomenda-se igualmente a revisão dos impostos sobre os rendimentos dos proprietários, IRS e IRC; neste caso os fundos imobiliários florestais já são beneficiários de importantes isenções e incentivos fiscais estabelecidos no OE 2007. Propôs-se ainda a revisão do IVA para os produtos florestais e que parte deste imposto reverta para o próprio sector à semelhança do que acontece no sector do turismo. Estas propostas têm enquadramento na Lei de Bases quando esta refere que deverão ser objecto de incentivos fiscais as acções de associativismo e emparcelamento das explorações florestais.

Elaborar o Cadastro Florestal, começando pelas áreas ZIF. Sem este instrumento dificilmente poderemos ter uma floresta bem gerida e sustentável. A sofisticação das tecnologias de informação geográfica, disponíveis no mercado, e as qualificações dos técnicos das associações florestais, assim como a sua distribuição territorial, viabilizam a execução do cadastro para todo o país, através de uma plataforma colaborativa de Sistemas de Informação Geográfica entre o Estado e Organizações de Proprietários Florestais (OPF).

Contratualizar serviços de extensão florestal com as Associações Florestais, via Fundo Florestal Permanente. Estas organizações são essenciais na divulgação técnica e no apoio ao investimento florestal. Propomos contratos de 5 anos, por objectivos, com avaliações intermédias à execução de planos de acção apresentados, recorrendo a auditoria externa, suficientemente rigorosa, para evitar situações de aproveitamentos indesejáveis.

Rever o Programa Nacional de Sapadores Florestais.

A importância da acção dos sapadores florestais, na defesa da floresta, é inquestionável, actualmente, podem ter um papel determinante na luta contra a doença do nemátodo do pinheiro. Contudo, é crucial a rever o quadro financeiro e regulamentar do programa de sapadores. Torna-se assim essencial renegociar os protocolos entre Associações Florestais e Ministério da Agricultura, para evitar a extinção generalizada destas equipas.

Criação do Sistema de Informação Sectorial (Inventário Florestal Nacional e Estatísticas Sócio-Económicas). O défice de informação silvícola e sócio-económica sectorial inibe e dificulta, aos diversos níveis, a definição de estratégias e a tomada de decisão. É comum dizer-se, em termos florestais, que países desenvolvidos distinguem-se dos subdesenvolvidos pela existência de Cadastro, Inventário Florestal e Sistemas de Informação robustos e actualizados. Planear e decidir bem sem estas informações é um exercício ingrato e falível daí a importância estratégica desta medida.

Observatório para as Zonas de Intervenção Florestal. O processo de constituição das ZIF é a acção mais importante, mais complexa e mais inédita que está em curso no sector. Todos os que de perto acompanham o processo compreendem o grande desafio de implementar a gestão activa nestes espaços. Colocam-se questões de natureza regulamentar, jurídica, técnica, económica e organizacional que a falta de experiência neste modelo não permite responder de forma imediata. Por esta razão a criação de um Observatório das ZIF permitirá identificar constrangimentos e encontrar soluções de forma expedita. Permitirá ainda a disponibilização de informação, evidenciar boas práticas e casos de sucesso ou, por outro lado, identificar e alertar para procedimentos com resultado oposto. E sobretudo contribuiria para a eficiência e boa aplicação dos fundos públicos afectos a este processo.

Operacionalizar e otimizar os recursos financeiros disponíveis no ProDeR.

Tendo o ProDeR destinado cerca de 130 M€ para a assistência técnica, onde se incluem acções de comunicação e divulgação, propõem-se que a Tutela partilhe as tarefas de Informação e Divulgação, do programa, com as Associações Florestais atribuindo-lhes para este efeito uma percentagem deste envelope financeiro. Esta medida será essencial para a eficiente aplicação do orçamento disponível neste programa.

A Floresta Portuguesa atravessa um momento difícil, crítico e de viragem. Este percurso vai-se fazendo independentemente da existência, ou não, de políticas. Mas com políticas assertivas, bem operacionalizadas e que promovam o trabalho articulado entre a Tutela, associações de proprietários, municípios e demais agentes económicos seremos melhor sucedidos. No actual contexto, os seis meses que se aproximam são decisivos. Ou concertamos estratégias claras para os desafios que são enormes e trabalhamos no terreno nos próximos anos ou a sustentabilidade da floresta poderá estar em causa.

A Forestis está na expectativa da resposta às suas propostas e disponível para colaborar, com todos os parceiros, no interesse da floresta e do país.

*por Francisco Carvalho Guerra
Presidente da Direcção da Forestis*

Ascenso Simões em entrevista

“OPF são parceiro fundamental na implementação da política florestal”

Em entrevista, o Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, Ascenso Simões, afirma que as Organizações de Proprietários Florestais são fundamentais para o desenvolvimento e implementação de medidas para a floresta, confirma a revisão do regime florestal e assume as ZIF como uma aposta do Governo.

1. Tendo em consideração que floresta portuguesa é predominantemente privada, qual a importância que atribui às organizações de proprietários florestais na execução da política florestal nacional no período 2008-2013?

As Organizações de Proprietários Florestais (OPF) são um parceiro fundamental na implementação de uma política florestal num universo onde predomina largamente a propriedade privada e, em larga medida, propriedade de reduzida dimensão, com reduzido capital técnico associado e com baixa capacidade de investimento.

Neste cenário, as OPF são, e têm sido ao longo dos anos, um interlocutor privilegiado no desenvolvimento e implementação de medidas para o sector. Mas para além do mais, as OPF são igualmente o maior avaliador das medidas e acções do Governo, no sentido em que exprimem as preocupações e os anseios dos seus associados, permitindo dessa forma actualizar, corrigir ou agilizar as medidas de regulamentação florestais, por forma a melhor servir os proprietários e produtores silvícolas.

2. Foi recentemente anunciada a revisão do Regime Florestal. Quais os objectivos que se pretendem alcançar com esta alteração?

Olhando para a realidade concreta da nossa floresta e a necessidade de a adequar à realidade democrática e à gestão moderna, o Governo vai rever o Regi-



me Florestal que data de 1901, 1903 e 1905, reforçado por diplomas de 1938, 1954 e 1970.

A revisão do Regime Florestal tem, assim, como objectivo fundamental garantir a manutenção dos critérios de salvaguarda, de boa gestão, de garantia do interesse público, de valorização da gestão comunitária e de participação dos cidadãos na gestão e intervenção florestais, desaparecendo formas de olhar a floresta que não se compaginam com a realidade dos dias de hoje.

Esta revisão tem por finalidade ser o mais abrangente possível, envolvendo todo o sector florestal, tornando-a forte e duradouro do ponto de vista florestal, social, económico e ambiental.

3. As Zonas de Intervenção Florestal foram anunciadas pelo governo nos dois últimos anos como a prioridade para a organização e gestão da pequena propriedade florestal, qual o balanço que faz?

As Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) são uma aposta deste Governo para ultrapassar constrangimentos graves nos espaços florestais portugueses, em especial aqueles relacionados com a dimensão da propriedade.

Os proprietários e produtores florestais, e as suas associações, entenderam bem a aposta e a oportunidade criada e aderiram em massa ao processo de criação de ZIF.

Até ao momento foram criadas 28 ZIF envolvem até agora cerca de 147.000 ha e várias dezenas de milhares de proprietários que desta forma estão a abrir uma janela de oportunidade para a gestão dos seus espaços e para a rentabilização do seu património. Mas o sinal mais positivo é o de que este movimento está ainda a ganhar forma, que se traduz nos mais de 400.000 ha que se encontram em constituição, e que permitirão tornar este processo numa referência duradoura para o território nacional.

4. Quais os apoios ao nível do investimento previstos para estas iniciativas e quais as principais vantagens comparativamente com os apoios à gestão individual?

As ZIF foram assumidas como um compromisso fundamental deste Governo, o que se traduz igualmente ao nível da discriminação positiva que este modelo de gestão territorial observa nos diferentes instrumentos de apoio financeiro ao sector.

Assim, o Programa de Desenvolvimento Rural (ProDeR) assume uma comparticipação de apoio maior para as candidaturas inscritas em ZIF, quando comparadas com aquelas previstas para a gestão individual.

5. A alteração da regulamentação das Zonas de Intervenção Florestal tem sido uma das medidas anunciadas pela Secretaria de Estado. Que alterações se preconizam exactamente e em que medida vão estas incrementar a sustentabilidade das ZIF já constituídas e que abrangem áreas bastante acima dos 1.000 ha obrigatórios?

Passados cerca de três anos da publicação do actual regime jurídico das Zonas de Intervenção Florestal

(ZIF), e não obstante a adesão que este processo gerou nos proprietários florestais e no movimento associativo, importa olhar para a concretização dos objectivos que lhe estavam associados, verificar o seu cumprimento, e identificar os constrangimentos que possam estar associados ao actual regime jurídico.

Assim, e numa lógica de envolvimento do Estado e dos compartes de baldios num movimento que se deseja tão abrangente quanto possível, a revisão do regime em vigor permitirá a inclusão de terrenos comunitários nas ZIF, bem como a inclusão de alguns territórios florestais do domínio privado do Estado nas ZIF, simplificando todo o processo de concessão e organização.

A revisão do regime jurídico das ZIF permitirá ainda a ampliação das competências das entidades gestoras, tornando-as mais fortes e mais ágeis, e a simplificação dos processos de constituição, naquele que é um dos constrangimentos mais frequentemente apontados.

6. Considera as iniciativas para a Certificação da Gestão Florestal Sustentável como ferramentas úteis para a melhoria da gestão das nossas florestas?

A certificação da gestão florestal sustentável é um processo e um instrumento fundamental para o sector florestal nacional poder acompanhar as exigências dos mercados internacionais, criando mais valias competitivas para os seus produtos.

A certificação da gestão florestal sustentável, seja na sua vertente mais associada à produção de madeira, seja na sua vertente mais ajustada a sistemas multifuncionais e com uma forte componente de promoção dos produtos, merece todo o apoio por parte do Governo, sendo estimulada junto dos parceiros do sector.

7. Pensa que, à semelhança de outros países europeus, a tutela pode ter uma intervenção de fomento dos sistemas de certificação presentes em Portugal? Em que medida?

A certificação da gestão florestal sustentável é um instrumento que os proprietários privados encontram como forma de valorização dos seus produtos, e como forma de conseguirem margens competitivas em mercados onde a componente de gestão sustentável é valorizada.

Compete, contudo, aos proprietários e produtores florestais encontrarem as formas que melhor se adequem às suas realidades. Não obstante este facto, há instrumentos financeiros de apoio à gestão florestal sustentável como forma de estímulo à competitividade do sector.

Ascenso Simões em entrevista

8. A Biomassa Florestal Primária (BFP) foi considerada como uma solução para as metas nacionais de produção de energia verde e para a diminuição do risco de incêndio. O que nos pode dizer sobre o Concurso Público lançado em 2006, para quando os resultados que vão permitir a construção de mais Centrais a biomassa em Portugal?

O processo concursal iniciado em 2006 para a atribuição de capacidade de injeção de potência no sistema eléctrico de serviço público e respectiva construção de centrais termoeléctricas a biomassa florestal, prosseguiu um objectivo de conjugação de critérios de integração das políticas energética nacional e florestal, sendo que a distribuição territorial das centrais beneficiou as áreas onde as intervenções a nível da implementação de medidas de silvicultura preventiva se tornam prioritárias. Foram ainda definidas condições vantajosas no que diz respeito às tarifas a praticar com os operadores, o que constitui um factor dinamizador do mercado emergente de biomassa florestal para valorização energética, que se afigura como uma mais-valia do ponto de vista dos produtores florestais e um estímulo à gestão sustentável da floresta. O processo tem vindo a desenvolver-se, estando em condições de dar nota que a totalidade dos processos concursais será encerrada durante o Verão.

9. Recentemente, foi descoberto um novo foco de nemátodo na região centro. Que medidas estão a ser levadas a cabo e quais aquelas que se prevêem para apoiar directamente os proprietários afectados?

Na sequência da descoberta de dois novos focos de Nemátodo da Madeira do Pinheiro (NMP), na Lousã e Arganil, foi executado um conjunto de medidas de monitorização, de controlo da dispersão e de sensibilização dos agentes, nomeadamente: i) Redefinição da Zona Afectada a todo o território nacional, com as correspondentes medidas fitossanitárias; ii) Estabelecimento de um Plano Nacional de Monitorização, que se encontra em curso, abrangendo 3200 parcelas em todo o continente e consequente recolha de amostras de madeira em árvores susceptíveis, com especial incidência na região centro, em 44 locais de risco, e ao longo da Faixa de Contenção Fitossanitária (FCF), o que permitirá avaliar o verdadeiro estado de dispersão do NMP; iii) Assinatura de

um protocolo com a Universidade de Évora para reforçar a capacidade do Instituto Nacional de Recursos Biológicos de análise das amostras; iv) Erradicação, já executada, de todas as árvores identificadas nos dois focos da região Centro; v) Manutenção de um contacto estreito com todos os agentes do sector, em reuniões periódicas do Conselho Consultivo para a Fitossanidade Florestal (CCFF), no sentido de os informar das medidas que são tomadas e recolher contributos acerca da melhor implementação das acções definidas.

Particularmente no que respeita aos proprietários e produtores florestais, e na sequência da última reunião do CCFF, foram propostas várias medidas que estão a ser trabalhadas pela Autoridade Florestal Nacional.

10. Por último, o cadastro florestal vai ou não ser feito em 2008/2009?

A actualização do cadastro predial rústico é uma tarefa complexa e, sobretudo, morosa. Por esta razão este problema tem sido um dos maiores óbices ao desenvolvimento efectivo dos espaços rurais portugueses nas últimas décadas.

O trabalho desenvolvido pelo Estado nos últimos anos tem permitido ultrapassar alguns obstáculos fundamentais na actualização cadastral, sendo que actualmente este processo se encontra concluído ou em processo de conclusão para áreas territoriais significativas.

Sempre lhe direi que o trabalho com o MAOTDR, a quem cabe a coordenação do processo global, tem vindo a ser acelerado e que na nossa Secretaria de Estado tem acompanhado de forma muito próxima todo o processo.

Forestis reúne com associadas

A Forestis realizou uma reunião interna com todas as suas associadas para debater a evolução das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e avaliar a pertinência de serem efectuadas alterações à regulamentação destes modelos de gestão.

A reunião decorreu no Porto, no final do Seminário Internacional sobre “Floresta Economia e Desenvolvimento Regional” e contou com a participação dos delegados de cerca de 23 associadas.



Protocolo de colaboração contra nemátodo do pinho

A Forestis acompanhou todo o processo relativo à identificação de dois focos de Nemátodo da Madeira do Pinheiro (NMP) na região Centro do país, designadamente na consultoria às associações de produtores afectadas. O processo deu origem à assinatura de um protocolo de colaboração para desenvolvimento de acções para a erradicação e controlo da doença, no âmbito do PROLUNP* - Centro, entre a Autoridade Florestal Nacional, as Câmaras Municipais de Arganil e da Lousã e as associações de produtores florestais da região, nomeadamente a Associação Florestal do Pinhal (Aflopinhal), a Associação dos Produtores Florestais de Arganil, a Associação Florestal do Concelho de Góis, a Caule, a Associação dos Produtores Florestais de Pampilhosa da Serra, a FLOPEN - Associação de Produtores e Proprietários Florestais do Concelho de Penela e a SEBALDIC - Associação dos Baldios e Produtores Florestais do Centro.

Recorde-se que este processo teve início em Abril com o anúncio, pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, da existência de um foco de NMP na região Centro do país, e com a subsequente publicação da portaria que impunha as regras para o seu controlo e erradicação. A Forestis tem, desde então, vindo a acompanhar a situação, designadamente através do apoio às suas associadas locais: a Associação dos Produtores Florestais do Concelho de Arganil, a Associação Florestal do Pinhal (Aflopinhal) e a Associação Florestal do Concelho de Góis. De salientar que a Forestis exigiu à tutela a criação de uma comissão independente para a avaliação da real dimensão do foco de nemátodo detectado na região Centro do país.

* Programa Nacional de Luta Contra o Nemátodo da Madeira do Pinheiro

**Para publicar os seus produtos ou serviços,
nesta revista, contacte Joana Bateira:**

j.bateira@forestis.pt



Em defesa da sustentabilidade da floresta

Conselho de Direcções reúne em Coimbra

O Conselho de Direcções da Forestis reuniu em Julho, em Coimbra, para discutir os problemas com que se debate a floresta portuguesa, designadamente o nemátodo do pinheiro. Participaram na reunião os dirigentes das 30 associações florestais que integram a Forestis, representativas de 12.000 proprietários.

O objectivo do encontro foi a elaboração de um conjunto de medidas que a Forestis se propõe implementar, em representação das suas associadas, de forma a mitigar os problemas com que se defronta a floresta nacional, que, segundo Francisco Carvalho Guerra, presidente da Forestis, **“são muito graves e põem em risco a sua sustentabilidade”**.

A recente declaração que Portugal é integralmente considerado como zona afectada pela doença do nemátodo vem, na opinião deste dirigente, **“dar visibilidade à incapacidade que o Estado tem tido para debelar problemas que estavam na sua esfera de competência e demonstrar que precisamos de novos paradigmas institucionais e de cooperação para dar um novo rumo à floresta portuguesa, que é 97% privada.”**

Embora nos últimos 10 anos os sucessivos governos tenham colocado o associativismo dos proprietários nas suas listas de prioridades de política



florestal, como forma de ultrapassar os problemas estruturais da floresta portuguesa, as associações sentem-se frequentemente menosprezadas naquilo que poderia ser o seu contributo.

“Um exemplo concreto foi o que aconteceu com o protocolo celebrado entre as associações florestais, da área afectada pelo nemátodo na região Centro, e a Autoridade Florestal Nacional, que previa um plano de trabalhos que até agora nunca foi apresentado”.

Os incêndios e os sapadores florestais, as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e o cadastro foram outros temas que o Conselho de Direcções também abordou nesta sua reunião.



Forestis reúne com SEDRF

Apresentadas oito medidas urgentes para a floresta

Futuro sustentável e competitividade da floresta dependem da implementação deste conjunto de medidas a curto prazo, defende a Forestis

O Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas (SEDRF), Ascenso Simões, recebeu a Forestis numa audiência privada, em Julho. Entre outros temas, a Forestis apresentou um conjunto de oito medidas e várias propostas que considera essenciais para o futuro sustentável da floresta portuguesa.

As oito medidas são, no entender da Forestis, essenciais para diminuir o risco de pragas e incêndios, aumentar a competitividade e assegurar a sustenta-

bilidade da floresta portuguesa nos próximos anos. Entre elas, encontra-se a revisão do regime fiscal para o sector florestal, a elaboração do cadastro florestal, a revisão do Programa Nacional de Sapadores Florestais e a criação de um Observatório para as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF).

A Forestis aguarda agora uma resposta da parte do Governo sobre a exequibilidade e implementação destas medidas no curto prazo. De acordo com Francisco Carvalho Guerra, **“esta reunião foi importante para manifestar ao Senhor Secretário de Estado as apreensões e as expectativas do sector, para as quais propusemos medidas concretas que as associações querem ver implementadas”**.

Forestis em audiência com gestora do ProDeR

Gestora mostra-se receptiva às preocupações e propostas da Forestis

No dia 9 de Setembro a Forestis reuniu com Rita Horta, gestora do Programa de Desenvolvimento Regional (ProDeR) para abordar alguns aspectos que preocupam a Federação e que, actualmente, limitam enormemente o trabalho das organizações de proprietários florestais.

De entre as preocupações transmitidas destacam-se:

- As baixas taxas de financiamento associadas aos investimentos florestais e principalmente às Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), que aparecem ao arrepiro de tudo o que foi transmitido publicamente pelos mais altos dirigentes do Ministério da Agricultura. A este propósito a Forestis alerta para o facto que este quadro de apoios pode vir a ter uma taxa de execução muito abaixo do expectável;
- O facto de não haver ainda candidaturas abertas e de investimentos como a arborização só pode-

rem vir a ocorrer no final do ano 2009, uma vez que as arborizações se fazem entre Novembro e Março. Por essa razão, mesmo que as candidaturas abram não se espera que nos próximos meses venham a existir aprovações de projectos.

Outro dos aspectos que preocupa a Forestis é a ausência de apoios às organizações de produtores para que estas prossigam o trabalho de apoio aos proprietários florestais na concretização de investimento. O trabalho das associações é essencial para a qualidade e sustentabilidade do investimento na floresta.

A gestora do ProDeR mostrou-se muito receptiva às recomendações e alertas enunciados pela Forestis. Transmitiu que o grosso das portarias irá sair nas próximas semanas e que, no que respeita à actividade das associações, estão previstos apoios para a prestação de serviços, tendo mostrado completa disponibilidade para apoiar a divulgação das medidas do ProDeR via organizações de proprietários florestais.

Forestis apresenta candidatura ao POPH

Em Setembro, a Forestis entregou na AEP – Associação Empresarial de Portugal, uma candidatura ao programa de Formação-Acção, financiado pelo Programa Operacional do Potencial Humano (POPH). O objectivo da Forestis é o de poder reforçar o apoio às suas associadas, ao nível da formação e

da consultoria em áreas tão diversas como a gestão florestal, o marketing e a comunicação, a inovação, entre outras. O plano Formação-Acção é um modelo de formação especializado para Pequenas e Médias Empresas (PME) orientado de acordo com as necessidades da entidade beneficiária.

Forestis adere à USSE

Após mais de 15 anos de cooperação com a União de Silvicultores do Sul da Europa (USSE) e com as suas associadas, a Forestis acaba de aderir formalmente a esta organização europeia, onde já estavam representados Espanha, França e Itália.

A Forestis foi convidada a participar na assembleia geral da USSE, que decorreu em Madrid, em Abril, onde foi formalmente apresentada aos membros a sua adesão. Para a Forestis, a sua integração neste organismo europeu vai permitir o acesso a mais informação e uma maior representação nas redes europeias de defesa dos interesses das florestas do



Sul da Europa. A Forestis já havia participado em alguns projectos conjuntos a nível europeu e prevê que essa sua colaboração possa vir a intensificar-se a partir de agora. A União dos Silvicultores do Sul da Europa foi criada em 1989, numa iniciativa conjunta das associações de proprietários florestais da Aquitânia, Galiza, País Basco, Castela e Leão e da Catalunha. O seu objectivo prioritário é a coordenação e o apoio às várias associações de proprietários da região, com especial incidência nas áreas de desenvolvimento sustentável e no reconhecimento das florestas do Sul da Europa.

Nova campanha contra fogos florestais

Por mais um ano consecutivo, a Forestis assinou com a Autoridade Florestal Nacional (AFN) o protocolo de colaboração na campanha de prevenção contra os incêndios nas florestas nacionais — “Portugal sem fogos depende de todos”. No âmbito do protocolo, a Forestis tem a seu cargo a área de sensibilização de públicos específicos, como é o caso dos pastores, proprietários florestais e agricultores.

O acordo com a AFN prevê a realização de 45 sessões com Pastores e 144 sessões com proprietários florestais. Desde o arranque da campanha, em Julho de 2008, já foram realizadas mais de 100 sessões, que reuniram mais de 2.600 participantes.

Seminário internacional sobre Floresta e Economia, no Porto

Valorização da floresta é urgente



Presidente da Autoridade Florestal Nacional prometeu mais apoios ao associativismo florestal, para uma floresta economicamente viável

Mais de 400 proprietários florestais, técnicos e dirigentes de associações e organizações florestais, nacionais e internacionais estiveram reunidos no seminário internacional sobre “Floresta, Economia e Desenvolvimento Regional”, que a Forestis organizou no Porto, entre 8 e 9 de Abril. O encontro serviu para fazer uma análise da situação da economia florestal no país, conhecer casos de sucesso e delinear estratégias para um futuro sustentável da floresta.

O primeiro dia dos trabalhos foi intenso e trouxe notícias para os proprietários florestais e para as organizações que os representam. Com efeito, logo na sessão de abertura, o presidente da Autoridade Florestal Nacional, António Rego, avançou com a promessa de revisão do regime florestal, de altera-

ção do regime das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e da integração de linhas de apoio para as associações florestais no QREN*, ProDer** e Fundo Florestal Permanente (FFP). Na sua intervenção, António Rego destacou ainda a importância da valorização da floresta e dos mecanismos que podem contribuir para uma floresta mais sustentável e economicamente viável.

Por seu lado, o presidente da Forestis, Francisco Carvalho Guerra, destacou a necessidade de alertar o país sobre o contributo da floresta para o desenvolvimento da economia e das regiões. **“Refira-se que existem muitos concelhos neste País onde a floresta pode — e deveria! — ser a principal actividade económica”**, sublinhou.

O presidente da Forestis traçou igualmente um perfil económico da floresta nacional, avançando alguns dados: a floresta ocupa 3,3 milhões de hectares, ou seja, 1/3 do território nacional; 97% detidos por privados (proprietários e comunidades locais). Em termos económicos, a actividade florestal gera 170 mil postos de trabalho directos, representa quase 10% das exportações portuguesas,

14% do PIB industrial e cerca de 3% do PIB nacional, sendo o valor da produção económica da floresta avaliado em 3 mil milhões de euros.

A urgência de recolocar o discurso nos proprietários florestais e na gestão florestal foi outra medida defendida por Francisco Carvalho Guerra, assim como a necessidade da participação activa e responsabilização destes na gestão das ZIF. Relativamente às ZIF, Carvalho Guerra referiu ainda o apelo feito pela Forestis ao ministro da Agricultura, para tornar as ZIF livres de impostos durante um período de 10-15 anos, equivalente ao número de anos que uma árvore demora a crescer e, logo, a gerar rendimento.

Carvalho Guerra apelou, também, à adopção de modelos de gestão florestal e económicos que tornem a floresta economicamente mais viável, quer se trate do pinheiro bravo, eucalipto, sobreiro, outras espécies de madeira de qualidade, caça, pesca, produções silvestres, serviços ambientais e de recreio.

Luís Braga da Cruz, na qualidade de membro do Conselho Superior da Forestis, defendeu, na sua intervenção sobre “Desenvolvimento Regional e Floresta”, a existência de escalas de planeamento regional e políticas diferenciadas em função das distintas realidades territoriais. **“O fundamento de qualquer Política Florestal tem uma relação estreita com a filosofia do Desenvolvimento Regional”,** salientou Braga da Cruz. **“As políticas de intervenção florestal, em especial de protecção e valorização, são essencialmente de natureza regional, em termos de planeamento e organização estratégica, e de nível local, em termos de execução”.**

Após o almoço foram entregues os diplomas do curso de Pós-Graduação em Economia e Gestão das Organizações Florestais, promovido pela Universi-



dade Católica Portuguesa, em colaboração com a Forestis. Foi outro momento alto do seminário, na medida em que a formação de técnicos e auditores credenciados traz um contributo essencial para gestão sustentável da floresta a médio prazo.

Inovação é o novo desafio para a floresta portuguesa

No encerramento do segundo dia dos trabalhos, Carlos Guerra, Director Regional de Agricultura e Pescas do Norte, anunciou publicamente a abertura das candidaturas ao ProDeR, designadamente para a medida referente à Promoção da Competitividade Florestal. A medida 1.3 integrada no ProDeR, abrange os projectos no âmbito da Melhoria Produtiva de Povoamentos, da Gestão Funcional e da Modernização e Dinamização das Organizações. O programa envolve um importante montante financeiro que, só para a região Norte, ascende a 400 milhões de euros, e privilegiará, segundo Carlos Guerra, os projectos que **“integrem uma forte componente ao nível da inovação”.**

Fileiras da cortiça, eucalipto e pinho impulsionam economia

O painel sobre “Floresta e a Economia”, moderado pelo economista Miguel Cadilhe, cativou o interesse de todos os presentes pelos casos de sucesso na economia florestal portuguesa, apresentados pelas fileiras do sobreiro, do eucalipto e do pinho.

A indústria corticeira esteve em destaque pela voz de António Amorim, presidente da Corticeira Amorim e da Confederação Europeia da Cortiça, que destacou o facto de Portugal ser líder mundial neste sector, sendo o maior exportador de cortiça do mundo.

Já José Honório, administrador executivo do grupo Portucel/Soporcel, destacou o crescimento das exportações portuguesas de pasta de papel e a necessidade urgente da certificação no sector, e sublinhou o facto do ProDeR não contemplar incentivos para o eucalipto e para a certificação.

A fileira do pinho esteve representada por Bianchi de Aguiar, executivo da Sonae Indústria SGPS, que salientou o facto desta empresa consumir apenas matérias-primas portuguesas, partilhando, por isso, as preocupações dos proprietários. A origem sustentável da madeira é, para este grupo económico, uma necessidade cada vez mais premente, e a certificação florestal tem sido uma preocupação fundamental. A empresa está envolvida no PEFC - *Programme for the Endorsement of Forest Certification* desde o seu início, mas defende a existência de um referencial normativo único para a Gestão Florestal Sustentável, ratificado pelo PEFC e pelo FSC - *Forest Stewardship Council*.

Valorização da floresta é urgente



O painel dedicado ao tema “Floresta: Novas Oportunidades”, trouxe novidades para os proprietários florestais, na medida em que foram apresentadas novas áreas de negócios ligadas ao comércio de emissões, aos créditos do carbono e à biomassa, pelas empresas E-value e Ecoprogresso, bem como aos fundos de investimento, como é o caso do Fundo Imobiliário Florestal Floresta Atlântica, que aqui foi apresentado. Foi também destacado neste painel a posição privilegiada que Portugal pode vir a alcançar no pinheiro e nas madeiras nobres, que, de acordo com Renato Homem, da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), vão registar grande procura mundial nos próximos tempos, representando por isso, uma oportunidade para investimento.

No seu discurso de encerramento, o presidente da Forestis salientou, a importância do trabalho que

os proprietários e as organizações têm vindo a desenvolver na floresta, que caracterizou como **“um bem que é de todos”**. Entre as principais conclusões deste seminário, Francisco Carvalho Guerra destacou a importância da entrada dos produtores florestais no processo de comercialização, não só da madeira, como também de outros produtos capazes de gerar mais-valias e retorno a curto prazo, como é o caso, por exemplo, dos cogumelos, das plantas aromáticas e medicinais e da biomassa florestal.

* QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional

** ProDeR - Programa de Desenvolvimento Rural

Florestas nórdicas apostam na certificação

Vários dirigentes de organizações florestais europeias estiveram presentes neste fórum, para apresentar os seus projectos e falar sobre as políticas florestais nos seus países de origem, integrados no painel “A Floresta na Europa”. Foi o caso de Ivar Korsbakken, em representação da International Family Forestry Alliance (IFFA) e da Federação de Proprietários Florestais Noruegueses. Este responsável destacou o trabalho da IFFA na promoção da gestão florestal sustentável e a importância da propriedade familiar florestal, salientando que existem cerca de 25 milhões de pequenos proprietários registados na Europa e América do Norte.

Korsbakken apresentou o caso da Noruega, onde se releva o facto das organizações estarem reunidas numa federação nacional que, para além do apoio aos associados e da definição das políticas florestais, é também responsável por negociar o preço da madeira, bem como por todo o processo de compra e venda. O processo obriga à certificação de toda a área florestal porque só pode ser vendida madeira proveniente de florestas certificadas. A certificação é realizada através do sistema PEFC - *Programme for the Endorsement of Forest Certification* e é feita em grupo, sendo um processo apoiado pela indústria que, desta forma, apoia a gestão florestal sustentável no país.

Projecto gerido pela Forestis mostra resultados no terreno

FORGEST com saldo positivo

Entre 2006 e 2008, a Forestis desenvolveu, aprovou e coordenou o FORGEST, um projecto financiado pelo Fundo Florestal Permanente (FFP), que se desdobrou em 23 sub-projectos de Organizações de Proprietários Florestais Sub-regionais (OPF). O objectivo deste projecto, integralmente concebido e acompanhado pelos técnicos da Forestis, foi apoiar as suas associadas na concretização de acções no terreno em três áreas específicas: a Defesa da Floresta contra Incêndios (DFCI), a Constituição de Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), e a Informação e Sensibilização Florestal.

No final do projecto registaram-se vários casos de sucesso, levados a cabo por OPF associadas da Forestis. Com o FORGEST, a Forestis conseguiu partilhar mais facilmente metodologias e abordagens entre técnicos e organizações, em processos como é o caso da constituição das ZIF; simplificar procedimentos administrativos e de gestão burocrática inerentes aos financiamentos públicos, e maior rigor e eficiência na aplicação de fundos públicos através da coordenação e monitorização do projecto sediada na Forestis.

O projecto assentou em dois níveis: a Acção I, que abrangeu a Defesa da Floresta Contra Incêndios, e a Acção II, que envolveu a Promoção do Ordenamento e Gestão Florestal, incluindo as ZIF.

Para além dos excelentes resultados que o FORGEST produziu, a Forestis destaca a cooperação entre as associações e o interesse mútuo que têm pelos projectos de cada uma. A partilha de experiências e a análise dos vários casos de sucesso contribuiu para o êxito verificado, na medida em que permitiram uma evolução continuada. Isso mesmo salienta António Guimarães, presidente da Associação Florestal do Baixo Vouga (AFBV): **“Foi um projecto integrado, trabalhado em rede com outras associações da Forestis, que permitiu diversas vantagens como troca de experiências, intercâmbio de ideias, resolução conjunta de alguns problemas, etc”.**

Quatro casos de sucesso

Os casos de sucesso, como já foi referido, foram vários e registaram-se em várias áreas. A Associação Florestal do Cávado (AFCávado), por exemplo,



utilizou o projecto FORGEST em duas vertentes, uma com o fim da elaboração de um Plano de Gestão Florestal e de um Plano de Defesa da Floresta, e outra com a eliminação de vegetação espontânea pelo recurso ao Fogo Controlado.

Ambas as acções foram plenamente cumpridas, sendo que na primeira se iniciou inclusivamente o processo de constituição de uma Zona de Intervenção Florestal para a mesma área (ZIF do Monte da Vaia, no concelho de Barcelos) e na segunda acção a área inicialmente proposta foi largamente suplantada (concelho de Vila Verde, Amares e Terras de Bouro), atingindo-se os 365,85 hectares. Segundo os seus responsáveis, foi possível por intermédio da Acção II intervir numa área que de outro modo seria incomportável para os proprietários, enquanto a Acção I dotou a mancha em questão de Planos que de outro modo só teriam aquando da constituição da ZIF.

“O FORGEST tornou possível atingir intervenções que de outro modo seriam impraticáveis, não só em termos de área geográfica como em termos de espaço temporal” afirma José António Braga da Cruz, presidente da AFCávado.

A Associação de Produtores Florestais dos Concelhos de Alcobaça e Nazaré (APFCAN), por seu lado, apresentou, no âmbito do FORGEST, um projecto de Defesa da Floresta Contra Incêndios, no Norte dos concelhos de Alcobaça e Nazaré, que contemplava a gestão de combustível, através do corte de mato em faixas de gestão de combustível nos pontos considerados mais estratégicos, em volta de aglomerados populacionais inseridos em manchas florestais, bem como de terrenos particulares em situação de risco. Foram executados cerca de 781 hectares de acções de silvicultura preventiva que de outra forma não eram possíveis, tal como sucedeu a um projecto apresentado individualmente, para a freguesia da Benedita, e que não obteve apoio.

Segundo o seu presidente, Joaquim Morais, o FORGEST ajudou a APFCAN **“a evoluir bastante ao nível do conhe-**

FORGEST com saldo positivo



cimento dos proprietários dos terrenos da área do projecto”, bem como a divulgar uma imagem positiva da associação junto das populações.

“Os nossos associados tiveram a hipótese de desadensar, desramar e cortar o mato, nas suas propriedades, desde que estas fossem consideradas em risco de incêndio, e apenas pagarem 15% das despesas, pois o resto era financiado pelo FFP, estando a maior parte destes proprietários, impossibilitados de realizarem estas intervenções sem este apoio”, explicou.

No caso da Associação Florestal de Entre Douro e Vouga (AFEDV), o FORGEST foi aplicado na elaboração de um plano de gestão para uma área agrupada e concretização de projectos de silvicultura preventiva, sendo este último o que teve mais sucesso.

“Para os nossos associados foi positivo, através do benefício directo do cadastro e silvicultura preventiva e dado que favoreceu a intervenção a nível da silvicultura preventiva das áreas florestais vizinhas, diminuindo desta forma o risco de incêndio florestal”, explicou Maria Engrácia Maia, presidente da AFEDV, salientando também a importância da sensibilização, que permitiu uma maior consciencialização da população da região para os comportamentos de risco na floresta.

Outro caso foi protagonizado pela URZE que, através do FORGEST, conseguiu constituir a ZIF do Farvão (Portaria 355/2008 de 8 de Maio), tendo o projecto proporcionado também a obtenção de um bom conhecimento do território, bem como a elaboração de um conjunto de instrumentos de plane-

amento (inventariação de vegetação e de infra-estruturas, Plano de Intervenções, Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios e Plano de Gestão) de importância crucial para um futuro próximo desta ZIF.

Dentro do projecto FORGEST, além das acções de sensibilização transversais a todas as OPF, a URZE conseguiu ainda dar apoio directo na gestão a diversos proprietários detentores de um total de 428 hectares dentro da agora ZIF do Farvão.

FORGEST foi precursor das ZIF

José Mota, presidente da URZE é peremptório na afirmação das vantagens do FORGEST: **“Em primeiro lugar, com este projecto conseguiu-se trabalhar em rede, sob um plano estratégico comum, 23 organizações de proprietários florestais com realidades territoriais diversas, benefício este que se perderia numa candidatura individual de cada OPF. Por outro lado, foi possível elaborar uma série de inventários e instrumentos de planeamento e gestão que de momento já não é possível ao abrigo da actual legislação que regulamenta as candidaturas ao FFP ou outros”.**

Para a AFBV, nas palavras do seu presidente António Guimarães, **“o FORGEST, foi o precursor das ZIF no nosso país e especialmente na zona de influência da nossa associação”.** Neste caso, o projecto permitiu concentrar o trabalho do associativismo florestal em zonas específicas coincidentes com três potenciais ZIF no concelho de Albergaria-a-Velha (Sul, Norte e Serra), aumentando as probabilidades de sucesso dos princípios de gestão agrupada que o associativismo persegue.

As principais acções desenvolvidas pela AFBV apoiadas pelo FORGEST foram: o levantamento da estrutura fundiária e caracterização das condições naturais da ZIF Albergaria Sul e definição de linhas orientadoras de desenvolvimento para as suas áreas florestais; definição de Planos de Gestão Florestal base a aplicar na floresta do concelho; envolvimento de um conjunto significativo de proprietários numa gestão consciente e eficiente que constitua uma base sólida para a constituição das ZIF ou quaisquer outras formas de gestão agrupada; e, por último, a prestação de um apoio técnico de elevada qualidade à propriedade florestal, pela concretização das intervenções preconizadas nos Planos de Gestão Florestal.

Mais uma vez, neste caso, as principais vantagens apontadas prendem-se com a realização do cadastro territorial, a sensibilização e o contacto directo com os proprietários que, inclusivamente resultou numa importante forma de promoção da associação, com um consequente aumento de cerca de 20% do número total de associados.

Todas as associações foram unânimes em enaltecer a Forestis pelo seu papel na execução do projecto e em destacar o seu valioso apoio técnico e de gestão, pela união e representação a todos os projectos das associações envolvidas e pela forma como a sua actuação facilitou todo o processo burocrático dos pedidos de pagamento. **“Sem a elaboração conjunta, deste projecto, provavelmente a APFCAN não conseguiria obter apoios para um projecto desta dimensão”**, salienta Joaquim Morais.

Apoios do FFP devem seguir as linhas do FORGEST

O FORGEST recebeu o apoio do Fundo Florestal Permanente (FFP) e, na sequência disso, as associações de proprietários concordam que é essencial que este organismo continue a apoiar as OPF, quer em medidas de valorização da floresta e de DFCI, como o fogo controlado e a silvicultura preventiva. Defendem mesmo que o FFP deveria contemplar um apoio estrutural para as OPF, através de, por exemplo, contratos programa estabelecidos em função das especificidades da região e tipo de floresta em causa. **“Neste momento, as associações vêm-se sem possibilidades de ter apoio financeiro para pagar aos técnicos, o que poderá fazer com que estas venham a perder os seus recursos e operacionalidade”**, sublinha Joaquim Morais, da APFCAN. Na sua opinião, seria realmente uma ingenuidade deixar cair por terra todo o investimento feito nas associações, no conhecimento e proximidade que os seus técnicos possuem e que foi reforçado com o FORGEST.

António Guimarães, da AFBV, também não tem dúvidas em afirmar que as linhas do Projecto FORGEST poderão ser as linhas do FFP. O projecto FORGEST veio finalmente permitir uma aproximação aos proprietários, em toda a linha da gestão e prevenção florestal, conseguindo importantes resultados a que interessa dar continuidade e potenciar.

Aquele responsável defendeu ainda que, tendo em conta que o financiamento do FFP advém principalmente da Ecotaxa, paga predominantemente por privados, deveria ter o seu retorno e mais-valia assegurada por privados, neste caso, garantida pelo associativismo em projectos integrados do tipo FORGEST.

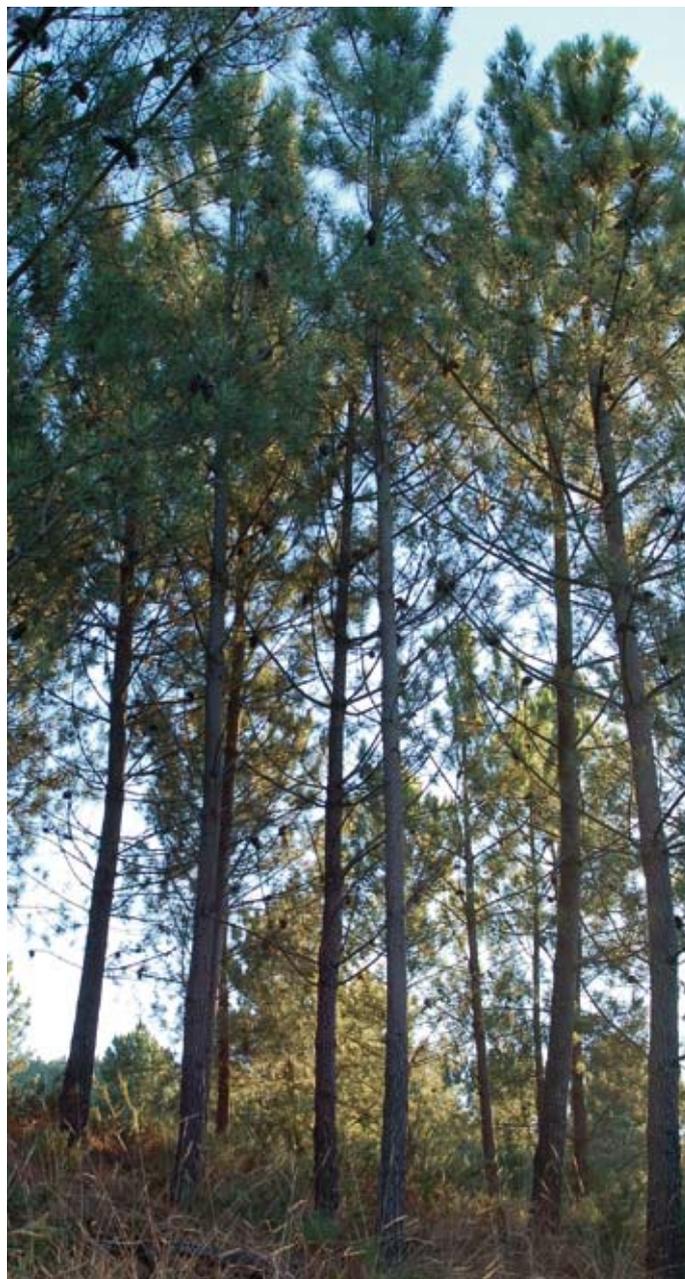


O nemátode da madeira do pinheiro, *Bursaphelenchus xylophilus*: uma séria ameaça à floresta portuguesa e europeia

As recentes notícias sobre a detecção do nemátode da madeira do pinheiro (NMP) fora da área afectada inicial constituem uma séria preocupação tanto nacional como europeia, envolvendo tanto as autoridades florestais como produtores (e respectivas associações). A revista *Nature* estimou recentemente o valor global da floresta em cerca de 4.7 triliões de USD/ ano, aproximadamente 14% do fluxo global económico do planeta. As principais florestas do hemisfério Norte são maioritariamente constituídas por espécies coníferas, e em especial de pinheiros (espécies do género *Pinus*). Tem havido nas últimas décadas, e por causas diversas, um declínio de muitas espécies florestais, e que têm afectado gravemente as economias de cada país, bem como o comércio mundial. O caso mais recente é o da doença do nemátode da madeira do pinheiro (“*pine wilt disease*”, PWD).

O nemátode da madeira do pinheiro, *Bursaphelenchus xylophilus*, constitui uma séria ameaça aos ecossistemas florestais. Classificado como praga de quarentena A1, pela *European Plant Protection Organization* (EPPO), tornou-se uma barreira ao comércio de madeira nos países afectados. Este verme de tamanho microscópico (aprox. 1 mm de comprimento), para além de se alimentar de fungos que vivem na madeira morta ou em pinheiros em declínio, pode utilizar as células que envolvem os canais de resina ou condutores de água das árvores como fonte de alimento. A sua detecção e identificação em Portugal (Península de Setúbal) em 1999, em *Pinus pinaster*, alargou a distribuição geográfica desta praga para três continentes do hemisfério Norte: América do Norte (Estados Unidos, Canadá e México), Ásia (China, Japão, Coreia do Sul e Taiwan) e Europa (Portugal).

A doença provocada por este organismo é denominada como “murchidão dos pinheiros” (*pine wilt disease*) verificando-se a morte do pinheiro num intervalo de poucas semanas ou meses. Os sintomas



traduzem-se no rápido amarelecimento das agulhas, até atingirem uma cor vermelho/acastanhado, bem como uma súbita redução na produção de resina. A propagação do nemátode e infecção de novas árvores está intimamente ligada e depende de um insecto vector. Nas áreas de ocorrência do nemátode várias espécies de insectos têm sido identificadas como potenciais vectores. No entanto, as espécies pertencentes à família Cerambycidae constituem os principais vectores do *B. xylophilus*, nomeadamente, *Monochamus alternatus* (China, Coreia, Japão, e Taiwan), *M. carolinensis* (América do Norte) e *M. galloprovincialis* (Portugal). A transmissão do NMP poderá ser efectuada por transmissão primária — durante a alimentação do insecto, essencialmente na copa das árvores —, ou por transmissão secundária — através das posturas das fêmeas ao longo do tronco e ramos da árvore hospedeira.

Após a detecção deste organismo, em 1999, por uma equipa científica liderada pela Universidade de Évora (incluindo o INRB, ex-EAN e ex-EFN), tem sido desenvolvido um enorme esforço de investigação entre várias instituições de investigação e autoridades nacionais, focando-se essencialmente na bioecologia do nemátode e do insecto e acções de controlo e erradicação da praga e do vector. Tudo indica, e como resultado de análise genética, que o NMP terá chegado ao nosso país a partir do Extremo Oriente. As actividades humanas relacionadas com o comércio internacional da madeira podem ser consideradas o factor mais determinante na disseminação do NMP. Recentemente em Portugal, as autoridades florestais e fitossanitárias anunciaram uma nova estratégia para controlo do NMP, sob a coordenação do Programa Nacional de Luta contra o Nemátode do Pinheiro (PROLUNP). Em Março de 2007 iniciou-se a remoção de pinheiros numa faixa de contenção fitossanitária de 3km, em redor da área afectada. Verifica-se na actualidade que essa acção, certamente de elevado custo económico, não surtiu o efeito pretendido, como se constata pelas recentes detecções do NMP no Centro do país (Arganil, Lousã), precisamente na mancha mais densa de pinheiro bravo de Portugal e da Europa. Para agravar a situação, a região, e ao contrário da península de Setúbal, apresenta uma orografia complicada que muito dificulta as acções de monitorização e erradicação.

É natural perguntar porque falhou o controlo do NMP em Portugal, atendendo (1) à detecção atempada efectuada pela equipa de investigação, em 1999; e (2) à constatação de que a área afectada é plana, relativamente pequena (cerca de 30 km de raio), e com um povoamento de pinheiro bravo relativamente pouco denso. Creio que vários factores terão contribuído para o insucesso, mas começaria por

destacar que nas regiões do mundo onde o NMP se encontra presente, a doença não foi erradicada, o que atesta da dificuldade de uma tal acção. No entanto, parece óbvio que houve falhas diversas na coordenação das acções de prospecção e erradicação. A tal facto não será estranho, primeiramente, a frequente mudança de governos e respectivas políticas florestais, o que em nada ajudou a consistência das acções iniciadas em 1999. Parece-nos também que não foi dispendido o esforço financeiro e humano necessário para uma eficaz mitigação do problema. Terá faltado também um melhor diálogo entre a autoridade florestal (Estado) e os produtores florestais, que em muitos aspectos são quem mais tem sofrido com esta praga e doença. E, *last but not least*, uma insensibilidade notória por parte do Estado no tocante à investigação científica, com a total ausência de financiamento, p.ex. por parte da Fundação para Ciência e a Tecnologia (FCT), a projectos de investigação. A própria União Europeia contribuiu até hoje de forma muito modesta e descontínua para esse esforço. Tanto o estado português como a União Europeia têm de rapidamente, e à semelhança do que fizeram o Japão, a China e a Coreia, investir um esforço significativo e concertado em várias linhas de investigação, em paralelo com as acções de erradicação. Ao contrário do que é frequentemente ou ignorado na imprensa, ou erroneamente declarado por instâncias oficiais, a investigação tem dado contributos decisivos para a resolução do problema, nomeadamente a própria detecção (em 1999) e caracterização do nemátode e espécies afins, o desenvolvimento de novos métodos de detecção, e em particular moleculares, a identificação e a caracterização bioecológica do vector, e a origem geográfica do NMP. Existe hoje um corpo de conhecimento a nível nacional e mundial mas que infelizmente não tem sido devidamente utilizado pelas entidades decisoras. Torna-se importante que os organismos internacionais (GATT, OMC, etc.) bem como os decisores políticos tenham em linha de conta os resultados obtidos pela investigação, para poderem ser tomadas decisões baseadas em factos e não apenas “palpites”, a fim de se poder controlar eficazmente o NMP e vector, e assim proteger os ecossistemas florestais e a economia florestal.

por Manuel G. Melo e Mota
NemaLab-ICAM, Dept. Biologia, Universidade de Évora
mmota@uevora.pt

O impacto do nemátodo da madeira do pinheiro na produção florestal

Balço e considerações para uma nova abordagem

Uma visão global do problema e de uma nova realidade

O Nemátodo da Madeira do Pinheiro (*Bursaphelenchus xylophilus*) foi detectado em Portugal, em Maio de 1999, em pinhais da região de Setúbal. Trata-se de um organismo de quarentena para a União Europeia, que se faz transportar por um insecto vector e que havia demonstrado noutros países ter um elevado potencial de mortalidade para o pinhal.

Como resposta a esta ocorrência, foi elaborado o Programa Nacional de Luta Contra o Nemátodo da Madeira do Pinheiro (PROLUNP), cuja execução teve início em Novembro de 1999. As duas estratégias implementadas não obtiveram os resultados desejáveis, o que levou ao estabelecimento de todo o território nacional como Zona Afectada pelo Nemátodo da Madeira do Pinheiro (NMP), em Junho de 2008, com todas as implicações que isso acarreta.

Desde Janeiro de 2006 que a UNAC - União da Floresta Mediterrânica e as suas associadas vinham a alertar para a necessidade de uma nova abordagem ao problema do NMP, uma vez que sempre considerámos que as medidas da estratégia então em curso, as quais nunca foram alvo de discussão com os produtores florestais, não eram uma solução para os problemas existentes na Zona de Restrição Sul, colocando dúvidas quanto à sua eficácia e viabilidade, o que, infelizmente, se veio a confirmar.

Estamos agora perante uma realidade totalmente diferente e de consequências potencialmente mais gravosas, pelo que é essencial evitar os erros do passado e estabelecer, através da terceira estratégia que está em desenvolvimento, medidas adequadas e, principalmente, meios (humanos, técnicos e financeiros) para a sua execução, o que constitui uma das principais razões pela incapacidade de contenção e/ou erradicação do NMP.

As consequências do NMP na produção florestal

A ocorrência desta praga originou diversos constrangimentos e restrições aos produtores florestais da antiga Zona de Restrição Sul que, devido aos condicionalismos legais existentes, originaram impacto aos seguintes níveis:



- Distorção do sistema de preços, o que originou uma tendência acentuada de descida dos preços;
- Agravamento dos custos de produção;
- Concentração da oferta em determinados períodos do ano;
- Desvalorização do material lenhoso;
- Dificuldades no escoamento do material lenhoso.

Os diversos condicionalismos à actividade florestal relacionada com coníferas, provocaram uma quebra significativa na rentabilidade da exploração do pinheiro bravo, o que constitui o principal entrave à implementação de uma silvicultura de carácter profilático (correctora e preventiva) por parte da produção florestal, devido à falta de capacidade financeira para a implementação destas práticas. A desvalorização da madeira afectada é da ordem dos 40% a 50% e o agravamento dos custos de gestão é de 15% a 20%.

As dificuldades em assegurar o corte das árvores sinto-

Meios de luta

Actualmente, o único meio de luta possível de ser aplicado reside no abate e destruição das árvores sintomáticas, assim como dos sobrantes do corte, uma vez que estes podem ter larvas do insecto vector. Para que este procedimento seja eficaz é necessário que seja realizado antes do início do período de voo do insecto vector, ou seja entre Novembro e Maio, período em que a população deste insecto está no interior do pinheiro bravo.

O efeito de redução da população do insecto vector pode ser reforçado com recurso a armadilhas, contribuindo assim para o controlo da doença.

temas e opiniões

máticas e a destruição dos sobrantes dentro do período de não voo do insecto vector (ver caixa sobre Meios de Luta) tiveram ainda como consequência o agravamento das condições sanitárias da floresta, criando condições para o aparecimento de outras pragas florestais (ex. escolítideos, etc.) que atacam outras árvores (que ficam sintomáticas) mantendo assim um ciclo de perda de vitalidade de difícil intervenção.

Sugestões para uma nova abordagem em desenvolvimento

A necessidade de introduzir uma nova abordagem para resolver o problema do NMP implica assegurar algumas questões básicas para o seu controlo (regra dos 3E's):

- Eliminação das árvores sintomáticas dentro do prazo de não voo do insecto vector;
- Eliminação dos sobrantes dentro do prazo de não voo do insecto vector;
- Eficiente controlo dos fluxos de madeira.

Sem a implementação eficaz da regra dos 3E's, que asseguram que todo o processo seja implementado dentro das recomendações técnicas fitossanitárias mais adequadas com vista à erradicação do NMP, qualquer iniciativa de controlo e erradicação do NMP está condenada ao fracasso.

No entanto, a dimensão actual do problema implica, obrigatoriamente, a consideração de outras questões sistematicamente esquecidas, designadamente:

- O envolvimento das OPF na definição e execução das medidas a implementar;
- Uma estratégia de revalorização florestal da área com o NMP;
- A falta de rentabilidade da exploração do pinheiro bravo, que desceu de forma considerável, tornando a instalação de novos pinhais muito pouco atractiva em termos económicos, e a intervenção fitossanitária inviável.

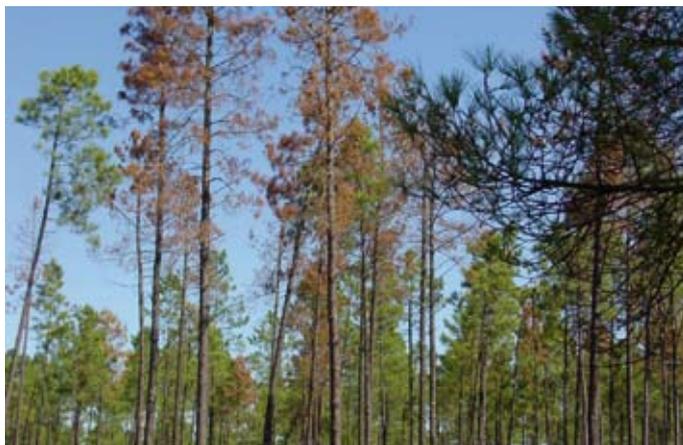
Com este enquadramento, destacam-se quatro áreas essenciais/prioritárias para o desenvolvimento de uma nova abordagem para o controlo e erradicação do NMP:

Reforço dos meios disponíveis

O reforço dos meios humanos/técnicos/financeiros para um planeamento operacional efectivo, e a respectiva execução e fiscalização, é essencial para evitar repetir problemas do passado.

Investigação e desenvolvimento

Estabelecer como prioridade o desenvolvimento de métodos de controlo das populações do insecto vector. Esta iniciativa é a única com viabilidade para



a curto/médio prazo se poder controlar as populações do insecto vector e reduzir a dispersão/incidência do NMP.

Cooperação

É necessário um envolvimento efectivo de todos os agentes do sector, em particular dos produtores florestais, que são os principais lesados.

Intervenção no mercado

Um dos principais problemas associados ao NMP tem sido a distorção do sistema de preços com agravamento dos custos de produção e desvalorização da madeira, o que inviabiliza uma silvicultura de carácter fitossanitário. Nestes casos, o Estado tem assumido a responsabilidade das acções de erradicação. Por outro lado, a dispersão do NMP torna cada vez mais difícil, nestas condições de mercado, envolver os proprietários nas acções de erradicação.

Assim, a introdução de um regime de preços de intervenção para a madeira proveniente de árvores sintomáticas, mecanismo a criar e a desenvolver pelo Estado Português, como forma de assegurar a gestão e a intervenção, mantendo a madeira a preços de mercado que viabilizem os custos da erradicação e da destruição dos sobrantes, seria uma forma de reforçar a capacidade de resolução do problema actual, onde a totalidade do território português continental é zona afectada pelo NMP. Obviamente, o pagamento deveria ser condicionado à execução das acções dentro dos prazos tecnicamente recomendáveis, e às árvores validadas como sendo efectivamente sintomáticas, de forma a evitar situações abusivas.

Esta poderia também ser uma forma de estabilizar o mercado, o qual corre sérios riscos de ficar inundado de madeira sintomática – proveniente dos cortes fitossanitários, assim como de madeira verde – proveniente dos cortes normais e de cortes antecipados, como reacção à ameaça do NMP.

Forestis impulSIONA Fogo Controlado

A Forestis continua a ser a entidade credenciada para o desenvolvimento e implementação no terreno de técnicas de fogo controlado, amplamente difundidas nos EUA, na Austrália pelo seu contributo para a diminuição do risco de incêndios. Recentemente foi assinado novo protocolo entre a Forestis e a Autoridade Florestal Nacional, que formaliza a continuação do GEFoCo, grupo constituído por técnicos das duas instituições responsável pelo desenvolvimento de acções de fogo controlado em Portugal.

Entre Janeiro e Maio de 2008, a área do território nacional tratada com recurso às técnicas de fogo controlado ultrapassou os 453 hectares, entre mato e floresta, tendo envolvido mais de 600 pessoas, entre os quais 230 sapadores florestais.

A Forestis tem vindo a realizar um forte investimento nesta área, realizando anualmente vários cursos de Fogo Controlado, onde participam técnicos das mais diversas organizações, como associações florestais, organizações de proprietários, autarquias, parques naturais e outras. As acções de formação promovidas pela Forestis abrangem todo o país, de Norte a Sul, em locais como as serras do Gerês, do Marão e da Lousã, Mafra Coruche, Sines, Castelo de Vide, Silves, entre outros.

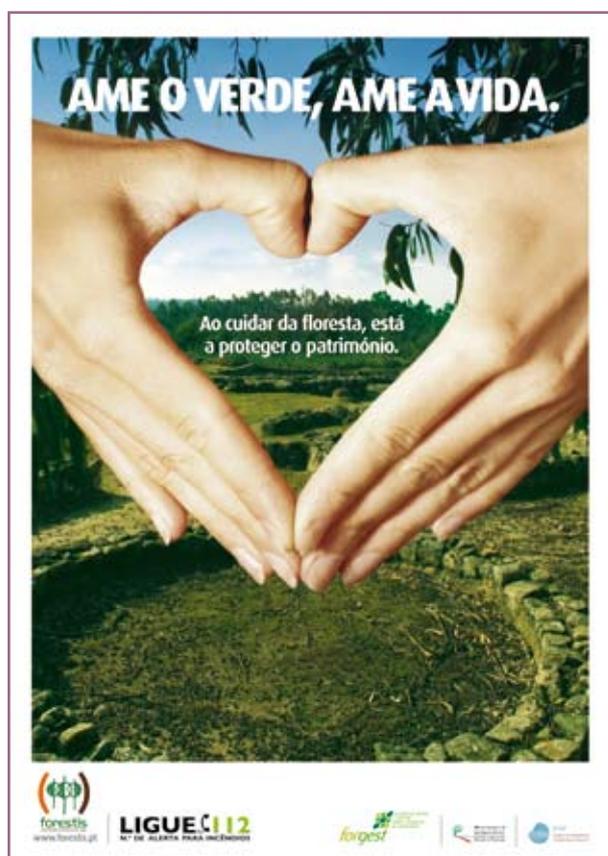


Forestis apresenta formação para sapadores

A Forestis viu aprovado o seu projecto relativo à formação de sapadores florestais na zona Centro do país. Numa primeira fase, serão realizados dois cursos, que abrangem três equipas cada, num total de 30 sapadores florestais.

Este projecto de formação resulta de um trabalho desenvolvido em colaboração com a Autoridade Florestal Nacional, tendo em vista a criação de 15 novas equipas de sapadores no âmbito do reforço do Programa Nacional de Sapadores Florestais. Como parte deste projecto, a Forestis aguarda ainda aprovação para a realização de três cursos de formação de sapadores na zona Norte do país.





Protecção dos recursos hídricos e do património

Novas fases da campanha de sensibilização da Forestis

O Verão, época em que a floresta é mais assolada pelos incêndios, foi o período seleccionado pela Forestis para o lançamento da segunda e terceira fase da sua campanha de sensibilização para a protecção da floresta. Assim, no Dia Mundial do Combate à Desertificação e à Seca, 17 de Junho, foi lançada a segunda fase, dedicada à protecção dos recursos hídricos, e, no Dia Nacional da Conservação da Natureza, 28 de Julho, a terceira fase, um alerta para a defesa do património.

Relembre-se que esta é uma campanha de âmbito nacional, que tem como mote: "Ame o Verde, Ame a Vida. Proteja a Floresta". O objectivo da Forestis é o de sensibilizar a opinião pública para a importância da defesa da floresta, da sua valorização e a sua interacção com a biodiversidade, os recursos hídricos e o património.

A campanha envolve diversos suportes, como anúncios de Imprensa e distribuição de folhetos e cartazes. A distribuição dos folhetos é feita pelas 30 associações que integram a Forestis. A campanha contou também com um spot televisivo, que está a ser emitido desde Julho nos seguintes canais: RTP2, SIC e Porto Canal.

Sabia que...

- ...estudos realizados atribuem ao desaparecimento da vegetação do solo e à formação de camadas impermeáveis, uma redução da taxa de infiltração de água no solo de 20%?
- ...e que 55% do consumo total de água em Portugal é proveniente de águas subterrâneas e o restantes de águas superficiais?
- ...estimativas apontam que os custos directos médios anuais dos incêndios na floresta chegam aos 375 milhões de euros?
- ...98% dos incêndios florestais têm como causa a acção humana?
- ...30% dos incêndios são causados pelo uso negligente do fogo e por acidentes e 20% são devidos a fogos intencionais?

Duas novas associações na Forestis

A Forestis conta com duas novas associadas, desde o passado mês de Abril — a Associação dos Produtores Florestais do Concelho de Arganil e a Associação dos Concelhos Directivos dos Baldios de Mondim de Basto. Com estas novas entradas, a Forestis passa a representar 30 associações que, no seu todo, abrangem cerca de 12 mil proprietários florestais.

A Associação dos Produtores Florestais do Concelho de Arganil foi fundada em 2000, tendo iniciado a sua actividade em 2002 no sentido de colmatar uma lacuna num concelho eminentemente florestal, onde mais de metade das áreas florestais estão arborizadas com monocultura de pinheiro bravo e eucalipto. Reúne actualmente cerca de 224 proprietários, numa mancha de terreno superior a 2.500 hectares.

O seu objectivo tem sido o de contribuir para a gestão sustentada da floresta, oferecendo aos seus associados serviços técnicos de qualidade, empregando as tecnologias de informação e as técnicas de trabalho mais adequadas, de modo a promover o desenvolvimento florestal, a defesa do ambiente e a racional gestão dos recursos naturais.

Segundo Rui Dinis, presidente da associação, a integração na Forestis representa uma grande mais-valia quer ao nível do fluxo de informação, quer de colaboração e apoio em várias vertentes. **“Sozinhos não conseguimos fazer face a todos os problemas, mas apoiados numa estrutura organizativa superior como é a Forestis, temos quem defenda melhor os nossos interesses e isso ficou bem patente na situação que vivemos recentemente com a identificação do foco de nemátodo do pinheiro na região”**. De acordo com este responsável, é importante a união do sector em torno das questões e das necessidades da floresta e, com a Forestis, essa união está assegurada.

A associação tem expectativas de continuar e ter um relacionamento profícuo com a Forestis e que, em conjunto, seja possível atingir as metas de ordenamento do espaço florestal nacional. **“O ordenamento florestal que existe actualmente deixa muito a desejar. Ou existe um reordenamento a curto prazo ou será difícil retirar da floresta maiores proveitos. E as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) não resolvem todos os problemas”**, alerta Rui Dinis.

A segurança transmitida pelo apoio que a Forestis, como uma das maiores organizações representativas do sector, pode dar às associações, é também uma das mais-valias apontadas por Domingos Pinto, téc-



nico responsável pela Associação dos Concelhos Directivos dos Baldios de Mondim de Basto. **“Para uma associação que, como nós, recomeçou agora a trabalhar, é muito importante estarmos integrados na organização mais representativa da floresta e do sector associativo florestal em Portugal”**, refere Domingos Pinto. Para esta associação o apoio da Forestis vai ser essencial para o seu desenvolvimento, quer ao nível de estruturas, quer do apoio jurídico e económico. Esta associação foi criada em 2004, tendo sido reactivada em 2007. Abrange uma área superior a cinco mil hectares, com povoamento de pinheiro bravo, na sua maioria, integrando sete concelhos directivos. **“Cerca de 70% da área do concelho é constituída por baldios, essencialmente de pinheiro bravo, nunca se apostou no eucalipto”**.

O grande objectivo da associação actualmente é o de alterar os seus estatutos, de forma a permitir o alargamento aos proprietários privados para a posterior constituição de uma ZIF. A associação desenvolve a sua actividade na elaboração de projectos de arborização e beneficiação florestais, medição de terrenos com GPS, cartografia digital, cálculo do volume de árvores e assistência técnica. Elaborar e cumprir planos de exploração é outro dos seus objectivos, bem como, se possível, integrar uma unidade de gestão para gerir os baldios. **“A experiência e o conhecimento da Forestis serão uma ajuda essencial para o futuro da associação”**.

Domingos Pinto sublinha as potencialidades de desenvolvimento do concelho ao nível florestal: **“Há 15 anos, quando existia um plano de exploração, esta área tinha um rendimento de 600 mil euros por ano. Existe um potencial enorme. Para além da madeira existem outras áreas que merecem o nosso investimento: a cinética, a produção de cogumelos, a produção de aguardente de medronho, etc.”**.

vida da forestis

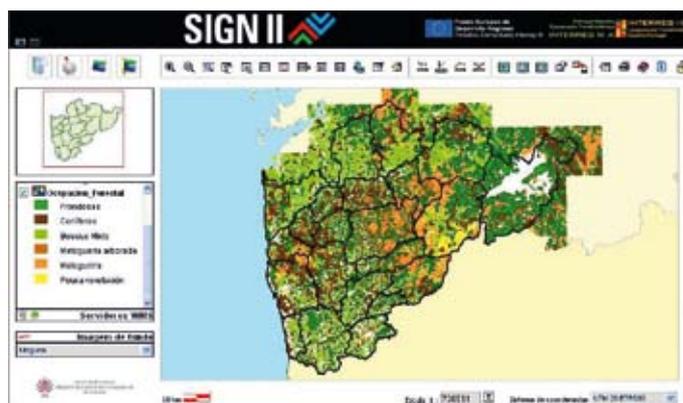
No âmbito do projecto SIGN II

Forestis colabora em geoportal ibérico

A Forestis participou, com vários parceiros portugueses e espanhóis, no projecto SIGN II, que tem como objectivo último a criação de um geoportal de informação integrada sobre o espaço rural. Os resultados do projecto foram apresentados em Maio, em Tuy, com a presença de representantes dos vários parceiros.

O objectivo prioritário do projecto é disponibilizar informação e serviços relacionados com o meio rural. Características e referência do território (infra-estruturas, aspectos relacionados com o terreno, ocupação do solo (florestal ou agrícola) e dinâmicas económicas das várias regiões, são exemplos da tipologia de informação que se pode encontrar nesta plataforma informativa que está disponível online desde Maio.

O projecto SIGN II surge como continuação do SIGN (apresentado na 1.ª convocatória do INTERREG III A Espanha - Portugal), para o complementar e desenvolver algumas áreas consideradas interessantes para o utilizador final e que não tinham sido abordadas. A equipa responsável pelo seu desenvolvimento, para além da Forestis é constituída por mais seis parceiros: a Sociedade para o Desenvolvimento Comarcal de Galicia, como Chefe de Fila, o Instituto Politécnico de Viana do Castelo, o Instituto para o Desenvolvimento Agrário da Região Norte, a Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, a Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes e a Universidade de Santiago de Compostela.



A área de intervenção do projecto abrange 6.303 quilómetros quadrados (45% espanhóis e 55% portugueses), distribuídos entre 40 municípios galegos e 16 portugueses, que integram as NUT III de Pontevedra (comarcas do Baixo Minho, O Condado e A Paradanta) e Ourense (comarcas de Terra de Celanova, Baixa Limia e A Limia), e a totalidade das NUT III Minho-Lima e Cávado.

O SIGN II pretende sistematizar, harmonizar e divulgar de forma conjunta a informação digital, recorrendo para isso às TIC (Tecnologias da Informação e das Comunicações). Deste modo, a informação ficará acessível a planificadores e gestores do meio rural, podendo ser utilizada na tomada de decisões em variados campos, especialmente os associados ao ordenamento territorial, planificação, valorização e conservação ambiental, rentabilidade das actividades rurais, entre outros.



Projecto TECNOMED

Forestis desenvolve aplicação para gestão florestal

A Forestis vai a desenvolver uma aplicação informática para apoio ao cadastro e gestão florestal, no âmbito do projecto TECNOMED, que visa a utilização das novas tecnologias aplicadas às florestas com base em modelos de gestão sustentável. Com este projecto, a Forestis pretende contribuir para a melhoria da competitividade das suas associadas, desenvolvimento dos territórios rurais e conservação do ambiente.

Trata-se da consolidação do processo de cooperação em rede, entre instituições públicas e associações de proprietários florestais, iniciada pelo projecto INTERREG III B SUDOE FOREMED. Unidos neste projecto estão, para além da Forestis, a Asociación Forestal de Soria, a Dirección General del Medio Natural de la Consejería de Medio Ambiente de la Comunidad Autónoma de Murcia, o Centro de Servicios y Promoción Forestal y de su Industria de Castilla y León – CESEFOR e o Centre Régional de la Propriété Forestière de Languedoc-Roussillon.

A partir dos resultados obtidos no projecto FOREMED, os parceiros propõem a instrumentalização dos planos de gestão definidos através da dinamização e do agrupamento de proprietários e da utilização das novas tecnologias nas florestas mediterrânicas.

O TECNOMED pressupõe o desenvolvimento de ferramentas que permitam a manipulação da informação tendo por base modelos de gestão florestal definidos e que permitam apoiar as organizações florestais no apoio aos seus associados. Por outro lado, contempla uma acção que tem como principal objectivo a definição e criação de mercados que valorizem os recursos florestais de cada região.

Ao nível dos resultados, foi possível realizar a transferência de modelos e soluções técnicas entre os sócios do projecto, a existência de um Sistema de Informação Geográfica (SIG) de apoio à Gestão dos Espaços Florestais e permitiu um melhor conhecimento de novos canais de comercialização para os produtos florestais.



Está na nossa natureza proteger

www.europac.es

Proteger os seus bens porque o papel que produzimos serve para fazer embalagens que acondicionam os bens de consumo que utiliza todos os dias.

Proteger a floresta porque dinamizamos a plantação e o crescimento de espécies florestais e fomentamos o seu desenvolvimento.

Proteger o ambiente porque utilizamos as melhores tecnologias disponíveis e porque reciclamos papel velho.

Somos especialistas na produção de papel Kraftliner para embalagens de cartão canelado.

A marca "Portoliner", reconhecida internacionalmente, é sinónimo de um papel de elevada qualidade.

Da origem ao destino, estamos a proteger.



COMPANHIA PORTUGUESA DE PAPEL INDUSTRIA, S.A.

Portugal 2011

organizações e território

AFL - Associação Florestal do Lima

Castanheiro e castanha foram tema para ciclo de conferências

A Associação Florestal do Lima (AFL) realizou nos dias 12 e 26 de Março e 9 de Abril um Ciclo de Conferências do Castanheiro e da Castanha, que decorreu na Casa das Artes no concelho de Arcos de Valdevez. Os temas apresentados na 1ª conferência foram o “Enquadramento do castanheiro na região do Minho” e “Gestão do solo nos soutos”, pelo Prof. José Laranjo e Prof. Dr. Afonso Martins da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Na 2ª conferência abordaram-se as doenças do castanheiro e as pragas da castanha, conferenciados pela Eng.ª Dulce Anastácio da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN).

Por último, na 3ª conferência esteve em discussão a Propagação de Variedades, a Produção e a Comercialização da Castanha, que contaram com a participação dos oradores Eng.º Augusto Assunção da DRAPN, Dr. Antas de Barros produtor de castanha e



Eng.ª Beatriz Cacho da Cooperativa Agrícola de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca.

Este ciclo de conferências reuniu dezenas de proprietários e encerrou com o sorteio de 160 castanheiros.

AFL sensibiliza para a defesa da floresta

À semelhança de anos anteriores, a AFL tem vindo a desenvolver acções junto das crianças e jovens sobre a defesa da floresta contra incêndios. Este ano, com a campanha “Ame o Verde, Ame a Vida. Proteja a Floresta.” e a participação da mascote da Floresta o “Eurico”, a AFL conta com a participação de cerca de 2.000 crianças e jovens, dos 3 aos 18 anos.



AFLODOUNORTE - Associação Florestal do Vale do Douro Norte

As ZIF e a Aflodounorte

A Associação Florestal do Vale do Douro Norte (Aflodounorte), em colaboração com os Núcleos Fundadores, está a constituir três Zonas de Intervenção Florestal (ZIF). Trata-se da ZIF de Alijó Norte, na parte Norte do concelho de Alijó, com uma área total de 4752,40 hectares; a ZIF de Sabrosa, na parte central do concelho de Sabrosa, que engloba uma área total de 4430,94 hectares; e a ZIF de Jou e Valongo de Milhais, na parte Norte do concelho de Murça, com uma área total de 5198 hectares.

A constituição das ZIF será uma mais valia para a nossa região, visto que permitirão aos proprietários e produtores florestais gerir a sua floresta de uma forma ordenada e tecnicamente correcta, ultrapassando desta forma os problemas do minifúndio tão característico desta zona do País. A Aflodounorte continua com a sua acção ao nível da realização de acções de divulgação sobre a constituição de ZIF no concelho de Alijó e Vila Real.

Como a associação está inserida numa região onde é grande o êxodo das populações para outra parte do país ou para o estrangeiro, torna-se difícil estabelecer o contacto com esses proprietários. Também existem dificuldades ao nível do registo dos prédios rústicos, dando encargos elevados para os mesmos, apesar do Decreto-Lei n.º 136/2005, de 17 de Agosto, para áreas florestais inferiores a 7,5 hectares referir a redução de 80%. Segundo os responsáveis da Aflodounorte, **“esta percentagem parece um pouco falsa e induz mesmo ao erro os proprietários, que quando tentam legalizar os prédios rústicos apenas têm uma redução de mais**

ou menos €20, o que, como é evidente, é muito pouco no total dos encargos”. Com todas estas dificuldades a Aflodounorte encara de forma positiva a vontade e sensibilidade do ministro da Agricultura para alterar a legislação que regulamenta a criação das ZIF, tornando-a mais facilitadora. **“Estamos certos que só desta forma e com incentivos financeiros adequados, podemos ter esta região devidamente ordenada em termos florestais”**.



Sapadores florestais actuam em Sabrosa

A Aflodounorte tem uma equipa de Sapadores Florestais — SF 03-117 — a actuar no concelho de Sabrosa. A equipa tem efectuado, desde o ano de 2003, essencialmente acções de silvicultura preventiva, com a realização de faixas de 10 metros ao longo da rede viária, previstas no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Sabrosa, mediante um protocolo estabelecido com o município de Sabrosa.

Durante a época dos incêndios (meses de Julho, Agosto e Setembro) a equipa efectua acções de vigilância, 1ª intervenção, apoio ao combate e rescaldo aos incêndios florestais. Também presta serviço aos associados da Aflodounorte deste concelho no âmbito da gestão de combustíveis. A actuação desta equipa tem contribuído consideravelmente não só para a diminuição do número de incêndios florestais como também para a diminuição da área ardida no concelho, contrariando o panorama nacional verificado nos últimos cinco anos.



Aguiarfloresta – Associação Florestal e Ambiental de Vila Pouca de Aguiar

Aguiarfloresta promove cultivo de cogumelos

A Aguiarfloresta, iniciou no concelho de Vila Pouca de Aguiar, o cultivo de várias espécies de fungos que produzem cogumelos muito valorizados pelo mercado — caso dos *Boletus spp.* e dos *Lactarios spp.* —, através da inoculação (ou “sementeira”) de pinhais, carvalhais e soutos. A associação tenta, assim, impulsionar novas formas de rentabilização da floresta e contrariar os efeitos dos incêndios e do abandono rural, que têm contribuído para o desaparecimento de muitas espécies com interesse comercial.

A inoculação com estas espécies vai com certeza contribuir para a sustentabilidade económica da floresta, através da introdução ou maximização de fungos produtores de cogumelos comestíveis. Nos últimos anos, a recolha de cogumelos silvestres tem vindo a aumentar, movimentando já milhares de quilos anualmente no concelho de Vila Pouca de Aguiar. Em algumas freguesias o valor gerado pelos cogumelos já ultrapassa o valor da madeira.

Os cogumelos do género *Boletus spp.*, vulgarmente designados por “míscaros”, são os mais comercializados no mundo inteiro. São extremamente apreciados em Itália (Porcini), França (Cepes) e noutros países do Norte da Europa. No nosso país não são muito consumidos, sendo que a maior parte é exportada sem qualquer transformação. Nos últimos anos tem-se assistido a uma diminuição das apanhas deste género, em grande parte devido às condições meteorológicas desfavoráveis, mas também em consequência dos incêndios, das gradagens e apanhas excessivas.

Os cogumelos do género *Lactarios spp.*, vulgarmente designados por “sanchas”, são cogumelos muito apreciados em Portugal e na Europa. Nos últimos anos este género foi afectado pelas causas acima referidas.

Técnicas para o sucesso da exploração

Os povoamentos intervencionados foram seleccionados criteriosamente para inoculação com esta espécie de forma a minimizar os riscos de insucesso. Os solos escolhidos foram solos com estrutura equilibrada e franca, garantindo sempre uma boa capacidade de arejamento. Foram evitados os solos com facilidade de encharcamento ou muito pesados, bem como os terrenos muito adubados e com elevadas densidades de gado.



A inoculação foi realizada com um tractor borracheiro equipado com um escarificador de 4 bicos, nos quais foram montadas umas mangueiras ligadas por sua vez a um reservatório com o inóculo – “semente”. O inóculo utilizado encontrava-se em gel de forma a fixar-se às raízes das árvores e manter a sua viabilidade. À medida que o tractor vai avançando, o escarificador rasga o solo permitindo que as mangueiras deixem o inóculo directamente em contacto com o sistema radicular. Acoplado ao escarificador foi montado um ferro (lastro), que de imediato tapa os sulcos abertos pelo escarificador e impede a exposição do inóculo ao sol. Com estas inoculações pretende-se conseguir colonizar entre 60 a 80% das árvores garantindo produtividades interessantes, se as condições atmosféricas assim o permitirem.

As primeiras frutificações aparecem dois anos após a inoculação, sendo crescentes nos anos seguintes.

Resta referir que o sucesso da exploração do recurso micológico depende muito das práticas culturais implementadas nos povoamentos. Depois da inoculação devem-se evitar ou eliminar as mobilizações de solo. O controlo do mato deverá ser realizado com recurso a um destroçador ou corta-mato. As fertilizações devem ser reduzidas ao mínimo e sempre justificadas por um técnico. O povoamento deve ser mantido relativamente aberto e todas as acções que possam colocar em causa o recurso devem ser ponderadas com auxílio técnico especializado.

Aguiarfloresta – Associação Florestal e Ambiental de Vila Pouca de Aguiar

Jales promove Zona de Intervenção Florestal



Mais de meia centena de pessoas marcou presença em Alfarela de Jales, onde no passado dia 17 de Maio decorreu a audiência final da Zona de Intervenção Florestal (ZIF) de Jales, com o regulamento interno a ser aprovado por unanimidade pelos produtores florestais presentes. Neste sentido, o processo desta ZIF está pronto a seguir para os serviços da administração central para a criação oficial da ZIF de Jales. Dinamizada pela Aguiarfloresta – Associação Florestal e Ambiental de Vila Pouca de Aguiar, a actividade de gestão que congrega mais de sete dezenas de proprietários e produtores florestais das freguesias de Alfarela de Jales, Vereia de Jales e Tresminas, estende-se por 4.218 hectares, sendo 75% de área florestal e com a existência de mais de duas centenas de prédios rústicos.

Estas áreas territoriais, submetidas aos planos de defesa da floresta e de gestão florestal, vão poder “contornar as dificuldades” da gestão florestal em minifúndio, otimizar as compras e vendas, minimizar o risco e perigo de incêndio, bem como aceder a ajudas comunitárias e nacionais de forma mais directa.

Entre os presentes na apresentação da planta de localização, da acta de consulta prévia e do projecto do regulamento interno nesta reunião sobre a ZIF de Jales, contavam-se Domingos Dias, presidente da Câmara Municipal de Vila Pouca, Duarte Marques, da Aguiarfloresta, Mário Rui, do Núcleo Florestal Barroso-Padrela, e Rosário Alves, representante da Forestis, bem como autarcas das freguesias envolvidas.

APFAM - Associação de Produtores Florestais de Alvelos e Muradal

Medronheiros no Concelho de Oleiros – Um caso de sucesso

A Associação de Produtores Florestais de Alvelos e Muradal (APFAM) elaborou em Janeiro de 2005 um projecto de arborização para a recuperação de uma área afectada pelos incêndios de 2003, na Freguesia do Estreito, Concelho de Oleiros, através de apoios concedidos na Medida 3 do III Quadro Comunitário – Restabelecimento do Potencial de Produção Silvícola. Foi um projecto inovador, elaborado para Jorge Simões, um dos seus associados.

Em Novembro de 2005, por iniciativa do proprietário, deu-se início à preparação do terreno e posterior plantação de cerca de 14 hectares de terreno, a um compasso de 5X5 m, de um povoamento puro de *Arbutus unedo* (Medronheiro). O povoamento (ou pomar, como o proprietário se gosta de referir) tem diversas funções. A primeira, e a mais óbvia, será a recuperação de uma área que foi totalmente devastada pelos incêndios de 2003, permitindo por um lado a sua valorização silvícola e por outro a protecção do solo contra a erosão. A segunda, este “medronhal” tem a função de protecção, criando uma barreira natural à progressão de incêndios, promovendo a descontinuidade das monoculturas de pinheiros e eucaliptos existentes na região. E a terceira, será naturalmente a utilização do seu potencial económico, que não se esgota na produção da aguardente ou licor de medronho, mas também utilizando o fruto em compotas, na culinária, ou transformando-o mesmo num fruto cristalizado, para além da utilização potencial dos ramos do medronheiro para arranjos ornamentais.

Uma vez que se trata de uma plantação, a sua manutenção é menos dispendiosa, dado que o terreno foi preparado para posterior mecanização e fácil apanha do fruto, tornando esta parcela muito mais competitiva relativamente a outras propriedades com medronheiros dispersos, oriundos de regeneração natural. Para além de inovador, é um projecto exemplar. A propriedade tem sido alvo de diversas visitas de instituições locais, regionais, universidades, outros proprietários florestais ou apenas curiosos, tendo sido considerada pelos técnicos do IFADAP de Castelo Branco, durante uma visita, como uma plantação de qualidade superior. Em 2006, durante as Jornadas do Mel, Medronho e Medronheira, organizada pela



Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral, Câmara Municipal da Pampilhosa da Serra e Lousamel, foi visionado um filme com uma entrevista ao proprietário e à técnica da APFAM que acompanha este projecto, em que foi realçado o empreendedorismo deste proprietário e a dedicação da técnica. Em Novembro de 2007, foi realizada uma visita técnica à plantação de medronheiros, no âmbito na I Semana do Medronho e da Castanha, organizada pela Câmara Municipal de Oleiros, e ainda um colóquio intitulado “À conversa com o Medronheiro”, onde a plantação do Sr. Jorge Simões voltou a ser abordada.

Três anos após a entrega do projecto de arborização junto dos serviços competentes em Castelo Branco, e dois anos e meio após a plantação, chegou finalmente a resposta do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e Pescas, informando "... intenção de recusa, por falta de dotação orçamental." Este desfecho, não sendo totalmente imprevisível, é uma desilusão para todos os envolvidos neste projecto.

"É um projecto com futuro. Apesar da falta de apoio, nem tudo ficou perdido! A plantação dos medronheiros é um sucesso, as plantas têm tido crescimentos impressionantes e neste momento, Maio de 2008, já exibem alguns pequenos medronhos", conclui, a propósito, Raquel de Campos Rosado, técnica florestal da APFAM.



ARBOREA – Associação da Terra Fria Transmontana

Arborea estimula produção de cogumelos silvestres

A Arborea organizou, nos dias 15 e 16 de Maio, uma "sementeira" de cogumelos na área da futura Zona de Intervenção Florestal (ZIF) de Lomba, no concelho de Vinhais. A iniciativa decorreu no âmbito do desenvolvimento e gestão do recurso micológico, tendo a "sementeira" sido realizada em povoamentos de souto (castanheiro em produção múltipla) e pinhal, na freguesia de Vilar de Lomba.

Este campo de ensaio experimental — que foi levado a cabo em parceria com a empresa Micoplant e com o apoio da empresa municipal PRORURIS, dos aderentes da ZIF de Lomba e da junta de freguesia de Vilar de Lomba — teve como objectivo principal a sensibilização dos proprietários para o aproveitamento deste recurso.

A Arborea pretende, com esta acção, gerir, nos próximos anos, povoamentos florestais com o objectivo múltiplo de produção, nomeadamente a madeira de qualidade e os cogumelos silvestres (micorrízicos). Esta acção serviu para demonstrar a possibilidade de "semear" os cogumelos em povoamentos existentes e servirá de ensaio e de divulgação deste método de implementação de cogumelos comestíveis.

Os aderentes a esta prática cultural apenas têm de se dirigir à Arborea para solicitar um plano de gestão florestal adequado à sua propriedade e à maximização da produção de cogumelos.

Num futuro próximo, a Arborea pretende defender o proprietário relativamente à recolha ilegal de co-



gumelos, proceder à certificação de colectores, para que o património silvestre não seja rapidamente destruído pela colheita errada dos frutos (como está a acontecer), e estimular a cadeia da comercialização e transformação dos cogumelos silvestres no Nordeste Transmontano.

Com esta experiência, a associação alerta os proprietários para os benefícios dos cogumelos, não só em termos económicos mas também ambientais, uma vez que ajudam a manter os soutos mais saudáveis.

Aproveitando os novos apoios do Programa de Desenvolvimento Rural (ProDeR), que vão contemplar a produção de cogumelos, será uma oportunidade para as pessoas, individualmente ou agrupadas em ZIF, conseguirem aumentar o rendimento das suas explorações florestais, através de uma gestão multifuncional. A Arborea prestará todo o apoio aos interessados, tanto em matéria de candidaturas como de exploração e gestão do recurso.

PORTUCALEA – Associação Florestal do Grande Porto

Portucalea promove ZIF



A Portucalea está a promover a constituição de duas Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), uma no concelho de Gondomar — ZIF de Gondomar, abrangendo as freguesias de Covelo, Medas e Melres —, e outra intermunicipal — a ZIF de Santa Justa, Pias e Castiçal, que abrange as freguesias de Valongo, Campo, S. Pedro da Cova, Foz do Sousa e Covelo.

Com o propósito de constituir a ZIF de Gondomar, realizou-se no dia de 16 de Fevereiro, no salão paroquial da freguesia de Covelo, a Reunião de Consulta Prévia, que contou com a participação da Portucalea, da Autoridade Florestal Nacional, da Forestis, da Câmara Municipal de Gondomar, das juntas de freguesia de Covelo, Medas e Melres e dos proprietários florestais das freguesias abrangidas. Estiveram presentes mais de 70 proprietários, sendo que a maioria

é aderente à ZIF. Posteriormente, do dia 2 de Abril ao dia 1 de Maio, decorreu o período de Consulta Pública, nos locais devidos para o efeito, e onde foram registadas algumas participações.

Para se efectuar o requerimento para a constituição da ZIF ao Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas é necessário conseguir um número de aderentes que detenham o mínimo de 50% da área proposta para a ZIF, sendo que a Portucalea já tem identificado cerca de 40% da área total da ZIF de Gondomar.

Na ZIF de Santa Justa, Pias e Castiçal está constituído o Núcleo Fundador, sendo objectivo da Portucalea continuar a efectuar acções de sensibilização nas várias freguesias para posteriormente proceder à realização da reunião de Consulta Prévia.

**A PROCURA DE EUCALIPTO CERTIFICADO VAI QUADRUPPLICAR.
JUNTE-SE A NÓS NA CERTIFICAÇÃO DA FLORESTA NACIONAL.**

Nos próximos 8 anos a procura mundial de eucalipto certificado vai quadruplicar. Já certificámos 85% da área sob nossa gestão e representamos 57% da floresta portuguesa certificada. Assumimos o nosso papel estruturante na economia nacional, sendo responsáveis por 3% das exportações. Valorize também o seu património florestal. Certifique a sua floresta.



grupo Portucel Soporcel

URZE - Associação Florestal da Encosta da Serra da Estrela

URZE debate baldios da Serra da Estrela

A URZE realizou em Seia, no passado dia 10 de Maio, o Iº Encontro de Baldios do Maciço Central da Serra da Estrela, subordinado ao tema “A importância dos baldios para as comunidades locais”. O encontro beneficiou da presença de cerca de 100 participantes que, com as suas intervenções, contribuíram para o enriquecimento do debate.

Foi passado em revista todo o histórico dos baldios e o seu quadro legal, foram apresentados exemplos internacionais e nacionais de experiência na gestão de baldios, bem como os principais apoios ao sector florestal no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural (ProDeR).

As principais conclusões do Encontro foram as seguintes:

- os Baldios representam um importante território de dinamização económica e social das comunidades locais.
- na política florestal actual devemos promover a gestão florestal sustentável através de equipas multidisciplinares quer em áreas baldias, quer em Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), bem como caminhar para um processo de certificação.
- deve ser repensada a gestão e a utilização, identificando nos territórios, valências capazes de serem integradas em dinâmicas locais/regionais de desenvolvimento.
- a gestão das áreas baldias, ou a sua ausência, tem de dar lugar a uma gestão activa, em que as populações locais, sejam sensibilizadas e incentivadas à participação na gestão e administração dos baldios, associada a um apoio técnico capaz, responsável, presente e multidisciplinar.
- as novas perspectivas de desenvolvimento, com a criação de novas actividades nas zonas rurais, só vingarão, se existirem, a nível concelhio e regional, estratégias de desenvolvimento rural e que o Estado faça pagar, ao conjunto da sociedade os bens públicos produzidos nos espaços rurais, nomeadamente a preservação dos recursos naturais.

Ficou patente neste encontro a necessidade de encontrar uma nova economia local que, aproveitando os recursos dos baldios possa dinamizar económica e socialmente os povos serranos. Paralelamente, existe a necessidade de encontrar novas soluções do Estado enquanto entidade com poderes de gestão e fiscalização do espaço florestal. Esta Entidade



deve assumir um papel, fundamentalmente de entidade reguladora bem como assumir um compromisso de fiscalização dos investimentos públicos. A nova gestão pode passar por parcerias entre o Estado, Órgãos sociais dos Baldios e Associações Florestais, pretende-se sobretudo uma gestão partilhada.

Foi reconhecido o trabalho desenvolvido pelos serviços florestais em mais de 100 anos de actividade, mas o país mudou. Foi também realçada a importância dos Planos de Utilização dos Baldios (PUB's) enquanto instrumento de gestão. Contudo, deverão ser mais ambiciosos no que concerne à gestão dos próprios espaços.

Os territórios Baldios devem integrar as ZIF sempre que esta seja uma decisão da Assembleia de Compartes. A integração destes territórios em ZIF devem obedecer a critérios de natureza técnico no que diz respeito à Defesa da Floresta Contra Incêndios, o que constitui o objectivo fundamental da criação das ZIF. Assim, a integração destes territórios pode ser na sua totalidade ou parcial.

Os Baldios, como as ZIF devem ter sempre por base um acompanhamento técnico multidisciplinar com vista ao desenvolvimento da multifuncionalidade destes territórios. Relativamente à legislação em vigor – Lei dos Baldios – considera-se que a mesma, responde genericamente às necessidades de gestão destes espaços, carecendo apenas de alguma complementaridade que a ajuste aos tempos e à sociedade actual.

Nemátodo da madeira do pinheiro

O que é?

O Nemátodo da Madeira do Pinheiro (NMP), cujo nome científico é *Bursaphelenchus xylophilus*, é um verme microscópico causador da doença da murchidão dos pinheiros.

Este organismo é classificado de quarentena pela legislação comunitária, o que significa que os estados membros que sejam afectados são obrigados a adoptar medidas específicas para o seu controlo e erradicação.

Quais os sintomas?

O sintoma principal desta doença é o súbito declínio e morte da árvore atacada, num período de tempo que pode ir de algumas semanas a vários meses (1), sendo considerado um dos agentes patogénicos mais perigosos para as coníferas a nível mundial (2). Os sintomas surgem mais rapidamente e de forma mais uniforme nos meses quentes do ano (1).

Como se dispersa?

A sua distribuição faz-se em toda a árvore, ao longo do tronco, na casca e nos ramos mais finos, alojando-se nos canais de resina, provocando a destruição das células. Os efeitos são o bloqueio da circulação da resina, interrupção da respiração e o bloqueio do transporte de nutrientes.

Que árvores ataca?

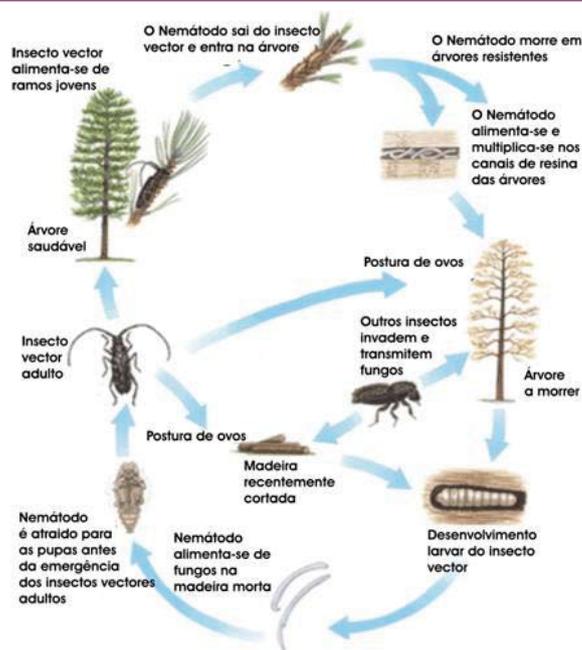
Apesar do nome, este agente ataca as coníferas em geral, principalmente do género *Pinus* (pinheiros) como por exemplo o pinheiro bravo e o pinheiro manso. Exemplo de outras coníferas que podem ser atacadas, podemos citar as Piceas, os Larícios e os Cedros.

Qual a sua distribuição?

Relativamente à sua distribuição geográfica, esta espécie é originária da América do Norte e Canadá, não sendo nestes locais prejudiciais.

Neste momento a sua presença ocorre na Ásia (China, Japão, República da Coreia, Tailândia), México (América do Sul) e em Portugal, tendo sido já responsável nestes locais pela morte de muitos pinheiros (3).

Ciclo de vida?



Interações entre o Nemátodo e o insecto vector (*Monochamus galloprovincialis*) responsáveis pela doença da murchidão dos pinheiros. Adaptado de Carm, M. e Hanson, J.

Como se identifica?

A sua identificação só é possível por análise laboratorial, uma vez que existem outros factores que podem conduzir ao aparecimento dos mesmos sintomas na árvore, como sejam outras pragas e doenças, problemas nutricionais, seca, etc.

Como se dispersa?

A sua dispersão de árvore em árvore é feita pelo insecto do género *Monochamus* (designado como agentes vectores), existindo uma espécie deste género em Portugal – a *Monochamus galloprovincialis*. Uma vez que este grupo de espécies tem uma distribuição alargada noutros países, e que o Nemátodo pode permanecer durante longos períodos na madeira proveniente de árvores afectadas, a sua dispersão também ocorre através do transporte desse material, não sujeito a tratamento adequado, tendo sido desta forma que a doença entrou em Portugal.

Evolução em Portugal?

O Nemátodo foi identificado pela primeira vez em Portugal, em 1999, na região da Península de Setúbal. Desde logo, e dada a gravidade da situação,



ficha técnica

foram desencadeadas um conjunto de medidas pela administração pública, com o objectivo de restringir a sua distribuição geográfica, de controlar e erradicar o NMP e, por fim, a implementação de medidas de monitorização da doença.

Nesse sentido foi criado o Programa Nacional de Luta Contra o Nemátodo do Pinheiro (PROLUNP) e criado um quadro legislativo específico de modo a assegurar o enquadramento legal das medidas de controlo fitossanitário necessárias. Nesse contexto, o território nacional foi dividido em 4 Zonas:

Zona Afectada (ZA) - Área do território nacional onde foi detectada a presença do NMP;

Zona Tampão (ZT) - Área do território nacional que

circunda a ZA em toda a sua extensão com uma largura que inicialmente foi estabelecida com 20 km;
Zona de Restrição (ZR) - Área do território nacional que corresponde à totalidade da ZA e da ZT;

Zona Isenta (ZI) - Área do território nacional e de outros estados membros que não é identificada como de ZR.

Em 2008 foram detectados novos focos da doença no Centro do país, nomeadamente na Lousã e em Arganil, o que levou à criação de novas zonas afectadas e de restrição. Tendo em conta o desenvolvimento da doença, em Junho de 2008, através da publicação da Portaria n.º 553-B/2008, é declarado que a ZA e a ZR corresponde a todo o território nacional.

Principal Legislação

Legislação	Tipo	Numero	Ano/Mês	Resumo
Nacional	Portaria	103/2006	2006/02	Estabelece medidas extraordinárias de protecção fitossanitária indispensáveis para o combate ao Nemátodo da madeira do pinheiro (NMP), <i>Bursaphelenchus xylophilus</i> (Steiner et Buhner) Nickle et al., e seu vector, <i>Monochamus galloprovincialis</i> (Oliv.), de modo a evitar a sua dispersão e permitir a sua erradicação no território nacional.
Nacional	Portaria	815/2006	2006/08	Altera a Portaria 103/2006 - Delimitação da ZA e ZR e algumas medidas de controlo
Nacional	Portaria	321/2007	2007/03	Altera Portaria 103/2006 e 815/2006
Nacional	Portaria	305-A/2008	2008/04	São aditados os artigos 8.º -A e 11.º -A à Portaria n.º 103/2006, de 6 de Fevereiro, na redacção dada pelas Portarias n.º 815/2006, de 16 de Agosto, e 321/2007, de 23 de Março.
Nacional	Portaria	358/2008	2008/05	A presente portaria aplica -se a plantas e madeira em bruto de coníferas hospedeiras do NMP (de acordo com a terminologia FAO), originárias do território de Portugal continental, destinados a transmissões intracomunitárias ou à exportação para países terceiros.
Nacional	Portaria	553-B/2008	2008/06	São alterados os artigos 8.º -A e 11.º -A da Portaria n.º 103/2006, de 6 de Fevereiro, na redacção que lhe foi dada pela Portaria n.º 305 -A/2008, de 21 de Abril

Medidas a implementar

De carácter urgente:

Sempre que seja detectada a presença de coníferas identificadas como infestadas pelo NMP, os respectivos proprietários, usufrutuários e rendeiros são notificados para procederem ao abate e remoção dos exemplares afectados ou com sintomas de declínio, ficando ainda obrigados ao cumprimento das restantes exigências - Ver Portaria n.º 103/2006.

O abate e remoção das árvores referidas, são considerados de interesse público e têm carácter urgente, devendo ter lugar no prazo máximo de 10 dias a contar da notificação para o efeito, substituindo-se o Estado ao responsável se ele nada fizer, não for conhecido ou não puder ser notificado. Neste caso, o estado utilizará o valor do material lenhoso, para suportar as despesas com as acções de remoção e o mesmo tem direito de regresso, nos termos gerais de direito, contra o responsável, caso o montante obtido com o valor do material lenhoso não cubra a totalidade das despesas (4).

Em termos de exigências documentais, todas as operações estão sujeitas a controlo oficial mediante, cumulativamente:

- Participação da intenção de proceder à exploração florestal;
- Autorização de exploração florestal;
- Autorização de transporte;

- Guia de Acompanhamento por unidade de transporte. Estas medidas estão descritas de forma pormenorizada na Portaria n.º 103/2006 e na Portaria n.º 553-B/2008, as quais devem ser sempre consultadas.

Meios de luta

O abate e queima das árvores infectadas antes do início do período de voo do insecto (geralmente em Maio) é o meio que se tem mostrado o mais eficaz para a redução da população do insecto. No entanto, estão a ser experimentadas outros meios, como seja a instalação de armadilhas para a captura do insecto vector.

Bibliografia consultada:

- (1) European and Mediterranean Plant Protection Organization (EPPO). 2002. *Bursaphelenchus xylophilus* and its vectors; procedures for official control. OEPP/EPPO Bulletin.
- (2) http://portal.min-agricultura.pt/portal/page/portal/MADRP/PT/servicos/Imprensa/Documentos/ESCLARECIMENTO_NEMATODO.pdf
- (3) Carm. M. e Hanson, J., sd. How to Identify and Manage Pine Wilt Disease and Treat Wood Products Infested by the Pinewood Nematode. United States Department Agriculture (USDA).
- (4) Portaria n.º 553-B/2008 de 27 de Junho. Diário da Republica, 1.ª série - N.º 123.
- (5) Portaria n.º 103/2006 de 6 de Fevereiro. Diário da Republica, 1.ª série - B - N.º 26.



Nome	Morada	Telefone
Afacc - Assoc. Fl. e Amb. do Concelho de Chaves	Rua Alferes João Baptista, Ed. Nova Era - Bl. 5 - Loja 6 5400 - 317 Chaves	276 326 702
Aflopínhal - Assoc. Fl. Pinhal	Rua João Cunha Marques, n.º14 - Lj D Apt. 74 3200-151 Lousã	239 991 563
AFRP - Assoc. Fl. de Ribeira de Pena	Casa da Torre - Cerva 4870 - 042 Ribeira de Pena	259 470 855
Agriarbol - Assoc. Agro Fl. T. Q. Transmontana	Av. Infante D. Henrique, Ed. Translande, 2.º s/12 - Apt 165 5340 - 204 Macedo de Cavaleiros	278 421 698
Aguiarfloresta - Assoc. Fl. e Amb. de Vila Pouca de Aguiar	Central de Camionagem, loja 4 5450 - 056 Vila Pouca de Aguiar	259 417 634
Apfam - Assoc. Prod. Fl. de Alvéolos e Muradal	Rua Campo de Futebol - Apt. 9 6160 - 300 Oleiros	272 682 380
Apfcán - Assoc. Prod. Fl. do Concelho de Alcobaça e Nazaré	Complexo de Serviços Públicos, Largo do Cruzeiro 2445 - 261 Pataias	244 580 961
Apflor - Assoc. Prod. e Prop. Fl. C. Pedrogão Gr.	Largo da Devesa 3270 - 101 Pedrogão Grande	236 488 837
Arborea - Assoc. Terra Fria Transmontana	Ed. da Casa do Povo, Largo do Toural 5320 - 311 Vinhais	273 770 070
Asflobar - Assoc. Prod. Fl. do Barroso	Rua General Humberto Delgado 5470 Montalegre	276 511 501
Assoc. Fl. de Entre Douro e Vouga	Av. das Escolas, n.º 1 - 1.º Dt. - Apt. 148 4544-909 Arouca	256 949 041
Assoc. Fl. do Baixo Vouga	Centro Coordenador de Transportes, Loja 7 3850 - 022 Albergaria-a-Velha	234 524 056
Assoc. Fl. do Cávado	Campo das Carvalheiras, 1 4700 - 419 Braga	253 218 713
Assoc. Fl. do Lima	Lugar do Poço de Cabaços, Lt.1 - R/c - Feitosa 4990 - 344 Ponte de Lima	258 944 103
Assoc. Fl. do Vale do Douro Norte	Casa Florestal de Mascanho - Carvas 5090-077 Murça	259 518 430
Assoc. Fl. do Vale do Sousa	Largo da Devesa (Ed. Coop. Agrícola) 4560-496 Penafiel	255 213 420
Assoc. Fl. Entre Douro e Tâmega	Rua António Araújo Valente, n.º 75 R/c - Tuíás 4630 236 Marco de Canavezes	255 523 556
Assoc. Fl.e Concelho de Góis	Rua Comandante Bebiano Baeta Neves, Edifício BNU - 2.º Dt. 3330 - 316 Góis	235 778 828
Assoc. Prod. Fl. do Vale do Minho	Av. da Estação - Ed. Chave d'Ouro - 2.º Dt. Tras 4950 - 456 Monção	251 654 096
Assoc. Silv. Vale do Ave	FJIE - R. do Infante, 307, Ed. Terraços do Infante, Bl. E 4785 - 185 Trofa	252 400 996
Capolib - Coop. Agric. de Boticas	Avenida do Eiró 5460-320 Boticas	276 418 170
Cedrus - Assoc. Prod. Fl. de Viseu	Rua do Arrabalde, Lt. 1, Lj. B 3500 - 084 Viseu	232 432 559
Celflor - Assoc. Produtores Florestais	Av. Bombeiros Voluntários, n.º 20 6360 - 344 Celorico da Beira	271 747 450
Coop. Silvo-Agro-Pec. Vila Nova do Ceira	Largo da Igreja 3330-460 Vila Nova do Ceira	235 770 170
Portucalea - Assoc. Fl. do Grande Porto	Rua 5 de Outubro, n.º 134 - 1.º Esq. Tras 4420 - 086 Gondomar	224 631 866
Ribaflor - Assoc. Fl. Terras Ribadouro	Rua Macário de Castro, 40 - 1.º 5100-149 Lamego	254 619 440
Urze - Assoc. Fl. Encosta da Serra da Estrela	Rua Cidade da Guarda, Ed. Estação de Camionagem, R/c 6290 - 511 Gouveia	238 498 160
VerdeLafões - Assoc. Prod. Florestais	Centro Coordenador de Transportes 3670 - 000 Vouzela	232 772 018
Assoc. Prod. Fl. Concelho de Arganil	Av.ª José Augusto de Carvalho 3300 - 014 Arganil	235 208 257
Assoc. Cons. Dir. Baldios de Mondim de Basto	Vilar de Viando 4880- 212 Mondim de Basto	

AME O VERDE, AME A VIDA.

Ao cuidar da floresta, está a proteger os recursos hídricos.